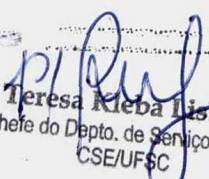


UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

**“PERDAS OU GANHOS COM A PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE:
EIS A QUESTÃO”**

DEPTO. SERVIÇO SOCIAL
DEFENDIDO E APROVADO

EM: 09/07/2004


Teresa Kleba Lisboa
Chefe do Depto. de Serviço Social
CSE/UFSC

FLORIANÓPOLIS (SC)

2004

EDNA REGINA BRAGAGNOLO FURTADO

**“PERDAS OU GANHOS COM A PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE:
EIS A QUESTÃO”**

Trabalho de conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social do Centro Sócio-Econômico da Universidade Federal de Santa Catarina para obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social, orientado pela Professora Beatriz Augusto de Paiva.

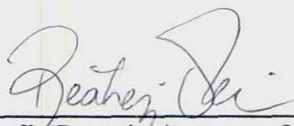
FLORIANÓPOLIS (SC)

2004

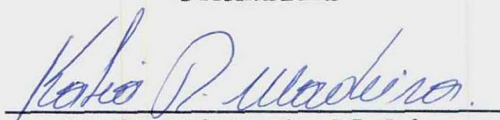
EDNA REGINA BRAGAGNOLO FURTADO

**“PERDAS OU GANHOS COM A PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE:
EIS A QUESTÃO”**

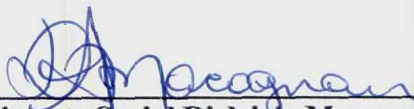
Este Trabalho de Conclusão de Curso foi submetido ao processo de avaliação pela Banca Examinadora para obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social e aprovada, atendendo às normas da legislação vigente na Universidade Federal de Santa Catarina, Curso de Graduação em Serviço Social.



Prof. Beatriz Augusto de Paiva
Orientadora



Prof. Kátia Regina Madeira
1º Examinadora



Assistente Social Dirlei A. Macagnan
2º Examinador

Florianópolis, Julho, 2004

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pela minha existência, por todas as oportunidades, por todos os re-
começos, por estar comigo e nunca desistir de mim!

A toda minha Família, em especial a minha mãe, Sueli, pelo carinho, a amizade e as
palavras de incentivo em todos os momentos de minha vida – Te amo Muito!

Ao meu pai, Ivo (in memorian), porque sei que sempre sonhou com este dia, e tenho
certeza que mesmo longe, continua torcendo por mim – Obrigada pai, Te Amo!

Aos meus irmãos Ede e Tom, pelo carinho e por todas as alegrias – Amo Vocês!

Ao meu sobrinho e afilhado Fernando, simplesmente por você existir. Sorria Sempre!

Aos meus queridos avôs e avós, tios e tias, primos e primas, agradeço por todo afeto.

Agradeço a todos os meus AMIGOS: os de festa (em especial os da Garopaba – U2),
os de sala de aula, os que estão sempre comigo, os que só curtem comigo de vez em quando,
os que trabalham comigo, os velhos e os novos amigos, os que estão distante (porém
próximos), os que já se foram (porque fazem parte da minha história) todos vocês
significam muito pra mim, cada um a seu modo; e “AMIGO é coisa pra se guardar do lado
esquerdo do peito, dentro do coração”, principalmente quando esses “certos AMIGOS nos
mostram que o mundo ainda é bom..... AMIGO é um cobertor bordado de estrelas” !!

Um agradecimento especial a minha amiga Carla - Obrigada por tudo, pois, sem você eu não teria conseguido!

As amigas Marlene, Juliana e Josi pelo carinho e pelo incentivo em todos os momentos.

A Paola (prima) e Silvio, pelo carinho de sempre!

A todos os funcionários da Penitenciária Estadual de Florianópolis, especialmente, as Assistentes Sociais Nívia e Dirlei, Terezinha, Toninho, Sr. Osmar, Fernando, Dra. Letícia, Rosana, Catarina, Sr. Pedro, Dr. Clóvis, Sr. Gentil, Sr. Heliomar, aos Agentes de Segurança e Policiais Militares, que sempre me receberam com muito carinho e tornaram possível o desenvolvimento do estágio e de minha pesquisa.

Aos sentenciados que aceitaram participar da pesquisa, por sua colaboração, pelo respeito e confiança dedicados a mim.

As professoras e professores que acompanharam minha jornada durante esses últimos anos, e que contribuíram para minha formação acadêmica.

Enfim, agradeço a todos que, de uma forma ou de outra, contribuíram para que eu conseguisse chegar até aqui.

Valeu!

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo principal, identificar as principais perdas e ganhos dos sentenciados que cumprem pena privativa de liberdade na Penitenciária Estadual de Florianópolis. Este trabalho busca resgatar através da trajetória histórica das penas e do surgimento das prisões, os processos evolutivos e os avanços das mesmas. Este estudo teve como foco principal a Penitenciária, e para um maior entendimento da instituição, buscou-se resgatar o histórico da mesma, apresentando neste as atividades desenvolvidas pelo Serviço Social. Outro assunto abordado no trabalho foi a metodologia aplicada, apontando o tipo de pesquisa e trajetória da mesma. Nesta pesquisa, o método de abordagem utilizado foi o qualitativo, tendo em vista, a obtenção de uma visão mais ampla do processo da pesquisa, dando ao resultado maior amplitude e fidedignidade possível, frente à realidade analisada. Para atender as necessidades da pesquisa, adotou-se o estudo exploratório, objetivando um maior detalhamento das características e resultados obtidos. O tipo de instrumento utilizado para a coleta de dados foi a entrevista. Foram entrevistados quinze sentenciados que cumprem pena privativa de liberdade no período de dois a cinco anos de reclusão. Outro dado relevante da pesquisa foram os resultados encontrados, comprovando as principais falhas e a total ineficiência do sistema prisional, que tem como principal objetivo legal a ressocialização dos indivíduos, mas, no entanto, os resultados obtidos apontam para índices que anulam tal proposta. O significado das perdas para esses indivíduos se sobrepõe a qualquer possibilidade de ganho, o que torna inviável, dentro do atual sistema, a possibilidade de recuperação. Como proposta de mudança surgem as Penas Alternativas e a Terceirização dos Presídios, temas polêmicos, porém pertinentes às novas perspectivas de transformação. Ao final serão abordadas algumas considerações sobre o respectivo trabalho.

Palavras-Chave: Perdas e Ganhos, Ressocialização, Penas Alternativas e Terceirização.

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Gráfico 1- Idade dos Sentenciados	60
Gráfico 2: Local de Origem dos Sentenciados	61
Gráfico 3: Nível de Escolaridade dos Sentenciados	63
Gráfico 4: Religião dos Sentenciados	66
Gráfico 5: Estado Civil dos Sentenciados	68
Gráfico 6: Vínculos Familiares dos Sentenciados	68
Gráfico 7: Reincidência	70
Gráfico 8: Artigos dos Delitos Cometidos pelos Sentenciados	71
Gráfico 9: Tempo de Condenação dos Sentenciados	73
Gráfico 10: Tempo de Pena já Cumprida pelos Sentenciados	75
Gráfico 11: Principais Falhas do Sistema	76
Gráfico 12: As Perdas	83
Gráfico 13: Os Ganhos	87

“O que escrevo aqui não são simples devaneios. Sou uma mulher do meu tempo, e dele quero dar testemunho do jeito que posso: soltando minhas fantasias ou escrevendo sobre dor e perplexidade, contradição e grandeza; sobre doença e morte. Lamentando a palavra na hora errada e o silêncio na hora em que teria sido melhor falar”.

(Lya Luft)

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÃO	6
INTRODUÇÃO	10
1 A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA PENA, SURGIMENTO DAS PRISÕES, SEUS SISTEMAS E PRINCIPAIS MODELOS.....	16
1.1 A Evolução Histórica da Pena	21
1.2 O Surgimento das Prisões, seus Sistemas e Principais Modelos	31
2 SISTEMA PRISIONAL NO ESTADO DE SANTA CATARINA, PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE FLORIANÓPOLIS – HISTÓRICO E ATUALIDADES -, E O SERVIÇO SOCIAL NA INSTITUIÇÃO, METODOLOGIA E ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA	43
2.1 O Sistema Prisional no Estado de Santa Catarina	43
2.2 Penitenciária Estadual de Florianópolis – Histórico e Atualidades	44
2.3 O Serviço Social na Instituição.....	48
2.4 A Verificação das Perdas e Ganhos e o Universo da Prisão - a trajetória da pesquisa ...	53
2.5 Procedimentos e Operacionalização da Coleta de Dados.....	58
2.6 A Verificação das Perdas e Ganhos e o Universo Prisional: apresentação e análise dos dados obtidos na pesquisa.....	58
2.7 Dados de Identificação Pessoal.....	59
2.8 As Perdas e os Ganhos.....	81

3 PENAS ALTERNATIVAS E TERCEIRIZAÇÃO DAS PENITENCIÁRIAS: NOVAS PROPOSTAS.....	90
3.1 As Penas Alternativas de Prisão	91
3.2 Terceirização das Penitenciárias.....	98
REFERÊNCIAS.....	112
APÊNDICE	115

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo identificar, através da análise dos próprios detentos, quais as principais perdas e os principais ganhos dos sentenciados que cumprem pena privativa de liberdade num período entre 2(dois) e 5(cinco) anos de reclusão, na tentativa de entender como esse sistema contribui para a reinserção/ressocialização e/ou marginalização desses indivíduos.

A partir do momento em que os indivíduos ingressam nas instituições penais, além da privação de liberdade pela imputação da pena, soma-se a esta uma série de outras privações significativas, tais como o distanciamento da sua condição de cidadania, de seus bens materiais, de sua segurança, de sua dignidade, a perda de seus laços familiares, entre outras. Tais privações nos instigaram a pesquisar, no espaço particular da Penitenciária Estadual de Florianópolis, quais seriam consideradas as principais perdas e se esses indivíduos reconhecem algum ganho relevante com a privação de liberdade, submetidos ao atual sistema penal.

As penitenciárias, de um modo geral, têm-se mostrado como instituições da mais alta complexidade, apresentando uma série de deficiências que envolvem desde os problemas de superlotação das instituições até a falta de profissionais, em número adequado e preparados para realização de um trabalho realmente eficiente e eficaz.

Numa reflexão sobre o processo histórico de estabelecimento das penas e as formas de punição, será apresentado no primeiro capítulo, uma recapitulação histórica sobre a evolução

da pena, seus períodos e etapas distintas nas mais diversas culturas e civilizações, até o surgimento das prisões, seus sistemas e principais modelos.

O segundo capítulo, a luz da atualidade e de uma realidade próxima, consiste na apresentação de um breve histórico sobre o Sistema Prisional no Estado de Santa Catarina e sobre a Penitenciária Estadual de Florianópolis - local onde desenvolvemos nosso estágio, no período de agosto de 2003 a fevereiro de 2004 -, juntamente com uma análise das principais atividades desenvolvidas pelo setor de Serviço Social, os processos de trabalho, suas atribuições e competências, ressaltando a importância e a necessidade do trabalho desses profissionais junto à instituição.

Dando continuidade ao segundo capítulo, serão apresentadas as descrições e análises da Pesquisa realizada durante o período de estágio, para a concretização do presente trabalho.

Este trabalho teve como objetivo principal a Identificação das principais perdas e dos principais ganhos de um sentenciado em reclusão, que cumpre pena na Penitenciária de Florianópolis. E através dos objetivos específicos, buscou-se: Caracterizar as perdas no aspecto emocional, social, material e jurídico, de um sentenciado que cumpre pena privativa de liberdade; Mostrar em quais aspectos: emocional, social, material e/ou jurídico se enquadram os principais ganhos de um sentenciado que cumpre pena privativa de liberdade; e Analisar se os ganhos obtidos em regime de reclusão são relevantes apenas no convívio institucional ou possuem relevância social.

Estes objetivos foram delineados a partir da prática de estágio, quando observou-se a angústia frente a esta temática.

Nesta pesquisa, os métodos de abordagem utilizados foram o qualitativo e o quantitativo, com a obtenção de uma visão mais ampla do processo da pesquisa, alcançando como resultado uma maior amplitude e fidedignidade, frente à realidade analisada.

Relacionado a esta abordagem e escolha, vale citar Minayo (1994, p. 21 – 22), que conceitua a pesquisa qualitativa da seguinte forma:

[...] se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Reforçando a escolha pela análise qualitativa, Lazarsfeld (apud HAGUETTE, 1992, p. 64), em seus escritos, afirma existirem três situações onde indicadores qualitativos se fazem extremamente necessários:

a) situação nas quais a evidência qualitativa substitui a simples informação estatística relacionada a épocas passadas; b) situações nas quais a evidência qualitativa é usada para captar dados psicológicos que são reprimidos ou não facilmente articulados como atitudes, motivos, pressupostos, quadros de referência, etc; c) situações nas quais simples observações qualitativas são usadas como indicadores do funcionamento complexo de estruturas e organizações complexas que são difíceis de submeter à observação direta.

Com relação à pesquisa quantitativa, vale citar Baptista (1994), pois a mesma afirma que a abordagem quantitativa serve de fundamento ao conhecimento produzido pela pesquisa qualitativa. As informações quantitativas frequentemente utilizadas resultam de procedimentos dirigidos ao registro numérico de fenômenos ou fatos, isto é, buscam identificar e localizar sua ocorrência num determinado local, tempo e frequência, sendo habitualmente expressadas por meio de tabelas, quadros, gráficos e outros instrumentos.

Na pesquisa Quantitativa, procura-se quantificar opiniões, dados, nas formas de coleta de informações e no emprego de recursos de técnicas estatísticas. Estas por sua vez, são muito aplicadas nas pesquisas de âmbito social, econômico, de comunicação, mercadológica, e de opinião.

A pesquisa quantitativa é utilizada quando os resultados que serão obtidos desejam demonstrar as características da maioria da população em estudo. Os resultados obtidos através de uma amostra, pertencentes ao universo pesquisado, divulgam a realidade de uma determinada população.

Durante o processo de produção do conhecimento deste trabalho adotou-se o estudo exploratório e descritivo, tendo como objetivo um maior detalhamento das características e resultados obtidos. Isto porque, quando as hipóteses ainda não foram claramente definidas, se está diante de uma pesquisa exploratória. Desse modo, seu objetivo consiste numa caracterização inicial do problema, de sua classificação e definição. Para Gil (1999, p. 23):

[...] a pesquisa exploratória tem como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias [...] as pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato.

Seguimos com a conceituação de Perdas e Ganhos, expressões que envolvem nosso principal objeto de análise, fornecendo também os dados e resultados da pesquisa qualitativa, realizada através de entrevistas semi-estruturas, junto a 15(quinze) detentos, onde pudemos observar mais uma vez, a total contradição entre privação de liberdade e a ressocialização/recuperação dos indivíduos.

A forma como as instituições privativas de liberdade se apresentam na atualidade nos levam a questionar até que ponto não estão apenas servindo como depósitos do “lixo” social, depósito dos excluídos, resultado final do desemprego, da miséria e da fome, fome de educação, de cultura, de assistência social, de oportunidade, de comida, enfim, de condições dignas de vida. Tais instituições são produto de um sistema capitalista, orientado por ideais neoliberais, onde as questões sociais estão relegadas a último plano e onde os indivíduos são considerados os únicos responsáveis por sua condição social, desresponsabilizando assim o Estado de promover políticas de proteção social mais sérias e eficazes.

Ressaltamos que este estudo trata de uma abordagem bastante debatida, porém, com restrições em sua construção teórica. As questões que envolvem o sistema prisional estão restritas a uns poucos “apaixonados” pela causa, o que limita, de certa forma, as condições de trabalho. Mais complexo ainda torna-se o “trabalho de campo”, pois as penitenciárias são locais considerados de alta periculosidade, onde formalmente dependemos da autorização dos responsáveis pela segurança para qualquer procedimento.

Apontamos ainda como limitação deste trabalho, a insuficiência de tempo para realização detalhada da pesquisa, bem como a complexidade do processo de coleta do material, pois, no decorrer das entrevistas, nos deparamos com a especial necessidade de comunicação dos detentos e o excesso de informações, tornando impossível o registro de muitos detalhes. Cada um a sua maneira exigia uma “atenção” especial, e como nossa preocupação maior era a de criar vínculo, conquistando assim a confiança do entrevistado e conseqüentemente obtendo informações significativas, nos atentamos a esse critério, deixando as anotações de lado. Ressaltamos também a questão do sigilo absoluto com relação a alguns relatos, compromisso assumido junto aos entrevistados.

Num terceiro capítulo, procuramos trabalhar algumas formas Alternativas de Pena, como opção, em alguns casos, para diminuir a superlotação dos Presídios e Penitenciárias, e como forma mais humanizada e sensata de reinserção social. Apresentamos também um novo sistema de gestão prisional, resultado de uma parceria entre Estado e iniciativa privada: a Terceirização do sistema, suas características principais e os resultados de sua implantação em algumas cidades brasileiras.

Complementando o presente trabalho, apresentamos nossas considerações conclusivas, pretendendo que este estudo venha contribuir para novas reflexões junto aos profissionais que trabalham nos sistemas prisionais.

1 A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA PENA, SURGIMENTO DAS PRISÕES, SEUS SISTEMAS E PRINCIPAIS MODELOS

Não é necessário permanecer durante muito tempo em uma Penitenciária - como estagiária ou mesmo como mero observador -, para perceber claramente que, nenhum ser humano privado de sua liberdade e submetido à rotina diária de uma instituição prisional será capaz de manter a lucidez por muito tempo.

Torna-se humanamente impossível manter o equilíbrio psicológico considerando a situação em que se encontram, a pressão e a bagagem histórica que acompanha cada um desses indivíduos, seus antecedentes ou histórico particular de suas vidas: o lar, infância, adolescência, vida adulta; família: pais, irmãos, avós, tios; esposas e filhos; uma casa; escola; trabalho; necessidades; oportunidades; fracassos....."Crimes"..... e finalmente a prisão. Não pretendemos aqui justificar seus "crimes" fazendo a analogia de suas vidas, mesmo porque nenhum crime pode ser justificado; nem tão pouco argumentar teorias que dizem respeito aos profissionais da psicologia. Porém, não podemos deixar de registrar/considerar o fato de que existe sim uma relação lógica entre o histórico de vida do indivíduo - principalmente dos primeiros anos de vida -, e suas atitudes, seu comportamento na vida adulta. E que esse histórico de vida deveria ser conhecido, realmente estudado pelos profissionais que atuam nas instituições (psicólogos, pedagogos e assistentes sociais), pois consideramos primordial para o desenvolvimento de qualquer atividade, o reconhecimento da demanda a ser atendida, tornando-se impossível o trabalho com o "desconhecido".

De acordo com o promotor Bissoli Filho:

Antecedentes ou precedentes são todos os atos, episódios comportamentos ou condutas, próximos ou remotos, positivos ou negativos, da vida individual, familiar, militar, profissional, intelectual e social do agente, que possam interessar, de qualquer modo, à avaliação subjetiva do crime e da personalidade do agente (Lyra, 1942; Noronha, 1945; Costa Júnior, 1986; Oliveira, 1994; Hungria; Faria, 1961 apud Bissoli Filho, 1998, p.59).

Mesmo desconhecendo seus antecedentes, ^{mesmo} é mister também, considerarmos que esses indivíduos chegam às prisões totalmente desestruturados emocionalmente, humilhados, em conflito consigo mesmo e com o mundo. A partir do momento que adentram os muros da prisão, inicia-se o processo de transformação de suas vidas, de suas histórias. São odiados, desprezados por toda uma sociedade. Foram julgados pelos “homens da lei”, condenados, pagarão por seus “crimes” privados de sua liberdade, na prisão; e correrão o risco de serem diariamente, novamente condenados, por outros presos e por profissionais “despreparados” - nada incomum nessas instituições. Serão considerados e tratados como inimigos. Não existirá piedade, apenas preconceito e punição; uma punição revestida de vingança.

Tão necessário quanto o conhecimento do histórico da vida dos sentenciados, é a análise histórica sobre o surgimento e a evolução das penas e das prisões. Ao longo dos séculos, ambas passaram por uma série de processos na tentativa de justificar sua existência, amenizando formas atrozizadas utilizadas para punição dos indivíduos, e, acima de tudo, visando uma grande transformação acerca da humanização tanto das instituições penais, quanto da aplicação e cumprimento das penas.

Através de um resgate histórico sobre as principais formas de punição utilizadas em diversas civilizações, comparadas aos procedimentos atuais, concluímos que, desde os tempos mais remotos até nossos dias, as transformações foram pouco significativas.

Reconhecemos é claro, que os métodos utilizados hoje para punir os indivíduos não são os mesmos utilizados nas antigas civilizações, a exemplo da Pérsia ou mesmo da civilização grega, onde as penas eram aplicadas com requintes de crueldade, sendo executadas em praça pública como verdadeiros espetáculos, assistidos por toda a população.

Porém, ousamos afirmar que a única mudança ocorrida entre as formas de punição e os locais utilizados para sua aplicação, resume-se na transferência do “espetáculo” para dentro da instituição chamada prisão. Hoje, os indivíduos cumprem suas penas isolados, longe dos olhos da sociedade, vivendo cercados por grades e muros, num mundo à parte. Desta forma, a sociedade atual sente-se protegida, pois os delinquentes, os marginais estão em um lugar “seguro”, longe de suas casas e de suas famílias, não podendo lhes causar nenhum mal. E o que acontece dentro das instituições passa a ser um problema exclusivo da polícia, do Estado e dos próprios marginais, que se estão presos é porque “optaram”, algum crime cometeram e devem “pagar” por isso.

A pena privativa de liberdade e as instituições prisionais tornaram-se, dentro da sociedade atual, um mal necessário, pois de acordo com Foucault (1986, p. 208) “Conhecem-se todos os inconvenientes da prisão, e sabe-se que é perigosa quando não inútil. E entretanto não ‘vemos’ (grifo do autor) o que pôr em seu lugar. Ela é a detestável solução, de que não se pode abrir mão.”

A prisão é na verdade um grande paradoxo social, um conjunto de contradições entre os objetivos pretendidos e os resultados alcançados. Thompson (1998, p. 3), relaciona de maneira bastante clara, quais seriam os principais objetivos da pena de prisão:

a) punição retributiva do mal causado pelo delinquentes; b) prevenção da prática de novas infrações, através da intimidação do condenado e de pessoas

potencialmente criminosas; c) regeneração do preso, no sentido de transformá-lo de criminoso em não-criminoso.

De acordo com o autor, o elevado índice de criminalidade, bem como os altos índices de reincidência provam que tais objetivos não são alcançados por essas instituições, principalmente no que diz respeito à tentativa de “intimidação” e regeneração dos indivíduos.

O índice de reincidência no Brasil é altíssimo¹ e, segundo Oliveira (1984, p.230):

o problema da reincidência exige tratamento especializado, mas o que se constata é uma automática dosagem agravada da pena. [...] as atividades terapêutica e educativa que norteiam o sentido da pena e preparam o apenado para o retorno à sociedade deveriam estar divorciadas de qualquer sentido de opressão ou castigo. Mas não estão.

Foucault afirma que, desde a sua origem, as prisões estiveram ligadas “a um projeto de transformação dos indivíduos”, no entanto:

Desde 1820 se constata que a prisão, longe de transformar os criminosos em gente honesta, serve apenas para fabricar novos criminosos ou para afundá-los ainda mais na criminalidade. [...] A prisão fabrica delinquentes [...] (FOUCAULT, 2000, p. 131-132).

Para Augusto Thompson (1998, p. 17), o fracasso dos estabelecimentos penitenciários, com relação à questão da reeducação dos indivíduos, tanto no Brasil como em diversos outros países, está diretamente relacionado

¹ O índice de reincidência no Brasil é de cerca de 70% (III Mesa Redonda, realizada na sede da OAB/SC, com o tema: Inserção Social - Direito de quem já pagou o que devia; em Palestra ministrada no dia 03/12/2002, pelo Profº Luiz Flávio Borges D'Urso - Mestre e Doutorando em Direito Penal pela USP).

ao número deficiente de profissionais de tratamento (médicos, psicólogos, educadores, assistentes sociais) e à imperfeita instrução da guarda, no sentido de se preocupar mais em ajudar o preso a se reabilitar do que em cuidar da segurança e disciplina do estabelecimento.

As instituições penais, de modo geral, mesmo tendo como principal objetivo a ressocialização dos indivíduos, não estão e nunca estiveram preparadas para trabalhar tal questão. Hoje, um dos principais motivos que não permitem o desenvolvimento de qualquer atividade neste sentido, é, com certeza, a superlotação das instituições. Mais do que em qualquer outra época, não há tempo, espaço, investimento ou mesmo pessoal especializado para desenvolver esse trabalho. Assim sendo, tais instituições acabam por apresentar um caráter meramente punitivo. E, de acordo com Oliveira (1984, p. 230)

É justamente aí que reside a apontada incongruência da pena privativa de liberdade, ao pretender punir e ao mesmo tempo ressocializar. Punir e ressocializar simultaneamente resta inoperante, pois punir é castigar, é fazer sofrer. Punir por punir, além de odioso, causa revolta e a ação ressocializadora só resulta eficiente se estimulada espontaneamente e quando afastada de práticas contundentemente coercitivas e do sentimento de desconfiança.

As prisões, da forma como se apresentam hoje, não passam de meros “depósitos” onde os indivíduos cumprem suas penas. Passam dias, meses, anos, sem nenhuma perspectiva de futuro, sem condições dignas de vida. Os indivíduos submetidos a essas instituições apenas “sobrevivem”.

O processo de transformação das penas e prisões é lento e gradual; percorreu séculos sem ter conseguido jamais se aproximar de um modelo ideal. Para um melhor entendimento desse processo consideramos relevante a apresentação de sua história.

1.1 A Evolução Histórica da Pena

O termo pena originou-se do Latim (poena) com derivação do grego (poine), significando dor, punição, sofrimento, penitência, expiação, trabalho, fadiga, submissão, recompensa e vingança.

O senso comum interpreta a palavra pena como: castigo, punição, penalidade; sofrimento, aflição; compaixão, dó; mágoa, tristeza; punição imposta pelo Estado ao delinqüente ou contraventor.

E de acordo com o estabelecido no Código Penal Brasileiro:

Pena é a sanção imposta pelo Estado, mediante ação penal, ao autor de uma infração (penal), como retribuição de seu ato ilícito, consistente na diminuição de um bem jurídico, e cujo fim é evitar novos delitos. Apresenta a característica de retribuição, de ameaça de um mal contra o autor de uma infração penal. [...] Tem finalidade preventiva, no sentido de evitar a prática de novas infrações. [...] as penas são classificadas em a) privativas de liberdade; b) restritivas de direitos; e c) pecuniárias. (Comentários ao Código Penal, 1985).

Segundo Oliveira (1984), a pena apresenta-se como uma instituição muito antiga com registros nos primórdios da civilização, onde cada povo, cada período histórico apresentava seus questionamentos, no início, como manifestação da simples reação natural do homem primitivo na busca da conservação de sua espécie, de sua integridade e de sua moral, depois, como forma de retribuição e intimidação, através de técnicas cruéis e sofisticadas de punição, chegando aos dias atuais, onde pretende afirmar-se com uma função terapêutica e recuperadora.

De acordo com a autora, tal evolução apresenta etapas/períodos distintos que foram registrados através das mais variadas culturas e civilizações:

Período da Vingança Privada

Período da Vingança Divina

Período da Vingança Pública

Período Humanitário da Pena

Período da Vingança Privada

a) Vingança Individual - tratava-se de uma reação puramente instintiva do ofendido. A satisfação do violado contra quem lhe causara um mal. Tal satisfação constituía-se uma nova ofensa que deixava de ser punida pela inexistência de autoridade competente.

b) Vingança Coletiva – com a organização dos clãs e dos grupos, imbuídos do espírito de solidariedade e da proteção coletiva, esta se colocava ao lado do vingador, exercendo uma vingança coletiva e singular, manifestada de forma ilimitada, excessiva, sem nenhuma lógica.

c) Vingança da Paz Social – com o surgimento da sociedade de estrutura familiar, a penalidade passa a se expressar sob a forma de privação da paz social. O membro do mesmo grupo que cometia um delito era expulso da tribo ou comunidade, sem armas nem alimentos, e ninguém poderia ajudá-lo. Seu patrimônio também era atingido.

d) Vingança do Sangue – consistia num delito praticado por membro de outro grupo, um estrangeiro. Em alguns casos a vingança provocava a retaliação de famílias inteiras, destruindo tudo o que lhes pertencesse.

e) Vingança Limitada

I. Talião Material – Estabelecia uma proporcionalidade entre a ação e a reação do delito cometido, e da pena imposta. A pena passa a punir o mal com o mal, impondo ao delinquente o mesmo dano ou mal por ele causado, através da aplicação do primeiro talião: olho por olho,

dente por dente. Eram utilizados com frequência a castração, a ablação e a morte. A lei de talião é considerada a primeira fórmula de justiça penal.

II. Talião Simbólico – Surge como modalidade de pena de menor rigor, sendo aplicada aos crimes praticados por omissão ou contra a propriedade.

f) A Composição – Com o passar dos tempos e a evolução dos povos, surge a composição, uma forma moderada de pena onde o delinqüente poderia comprar a impunidade do ofendido ou de seus parentes, com dinheiro, armas, utensílios e gado. Não havia sofrimento físico, apenas a reparação material.

Os diferentes tipos de punição até então apresentados, foram consagrados em épocas e legislações mais avançadas. A composição, o talião e a vingança do sangue foram praticados por povos antigos chegando até o Direito Romano.

No caso do Brasil, o talião simbólico esteve vigente enquanto vigoraram as Ordenações do Reino de Portugal, estendendo-se até 1830 com a criação do primeiro Código Criminal do Império.

Período da Vingança Divina

O segundo período pelo qual passou a pena impôs aos indivíduos, normas de condutas inspiradas em preceitos divinos, oriundos dos deuses. O direito aparece envolvido por princípios religiosos. O delito era considerado uma ofensa à divindade que, ultrajada, atingia a toda a sociedade. O poder dos reis e imperadores estava impregnado pelo caráter divino e as leis penais misturavam-se aos livros sagrados.

A pena ainda era dominada pelo sentimento de vingança, agora uma vingança divina. Vejamos algumas características específicas, em alguns países:

Egito – O direito imperava como revelação dos deuses. A morte de animais considerados sagrados constituía crime dos mais graves e atentados contra os faraós eram delitos de lesa-divindade, aos quais aplicavam-se penas desumanas. Os cinco livros, chamados Livros Sagrados, continham as leis penais, e eram utilizados também, o talião material e o simbólico. Além dessas, seguiam-se ainda, o enforcamento, a decapitação, a fogueira, o suplício das cinzas e a colocação na cruz.

Assíria – Eram praticadas requintadas crueldades. Os condenados eram jogados aos animais ferozes ou em fornalhas ardentes, eram queimados a fogo lento em tachos de bronze ou tinham os olhos arrancados. Os criminosos eram lapidados, crucificados, tinham as costas e as entranhas queimadas, eram esmagados sob os pés de animais, jogados em rochedos, flechados, pendurados, mutilados e deportados.

China – As penas tendiam à vingança, ao talião material e simbólico. Eram utilizados a mutilação, a marca, a morte em público por decapitação, enforcamento, esquartejamento, ou ainda enterrados vivos.

Babilônia – A vingança era quase desconhecida, acolhia as penas de talião e da composição, com penas cruéis e tiranas.

Pérsia – Considerada a mais bárbara e sanguinária, baseava-se na vingança e era regulada pelo talião. Em sua segunda fase eram os reis que representavam a vontade divina e os delitos eram considerados ofensas contra os deuses. Eram utilizadas como penas: a lapidação, o esquartejamento, a decapitação, a cegueira, o aleijamento, a crucificação, marca a fogo, empalação, envenenamento, apedrejamento, enterro do corpo até o pescoço, esmagamento da

cabeça entre duas pedras, assamento em brasas, enforcamento de cabeça para baixo e o escaffismo, ou suplicio dos botes².

Israel – As penas estavam incorporadas à legislação de Moisés, século XVI a.C.. O objetivo principal da pena era o de apaziguar a ira divina, a *expição* e a exemplaridade. Eram utilizados o talião material e simbólico, a composição era proibida para os casos de morte; as flagelações eram aplicadas com no máximo 40 golpes. Praticava-se também a lapidação, o fogo, a decapitação e o estrangulamento.

Grécia – No início aplicava-se a vingança privada, que atingia, além do culpado, também sua família. Mais tarde, com o surgimento do Estado, as penas passam a ser executadas em nome das divindades, onde as leis eram sancionadas pelos deuses e encontravam-se misturadas aos códigos dos templos. Da primeira metade do séc. IX ao fim do séc. VIII a.C., em Esparta, era aplicada a legislação de Licurgo. As leis eram revestidas de espírito heróico e puniam, principalmente, os soldados covardes, os jovens afeminados e os celibatários.

Em Atenas, no séc. VII a.C., através da legislação de Dracon, constituiu-se a pena única: a pena de morte para todos os delitos fossem eles graves ou leves.

No séc. VI a.C., com Sólon, a legislação tornou-se mais humana. Eram comumente utilizadas como penas a chibatada, multa, anulação dos direitos de cidadania, o ferro em brasa, o confisco e o exílio. Os casos de traição e sacrilégio eram punidos com a morte podendo ser evitada por um exílio voluntário. A pena de morte era executada através do estrangulamento, espada, ou quase sempre, pela ingestão de sicuta.

² Consistia em: tomar dois botes ajustáveis, num deles o malfeitor era deitado de costas, sendo coberto pelo outro bote. A cabeça, as mãos e os pés ficavam de fora. Era forçado a comer e picavam-lhe os olhos. Passavam em seu rosto uma mistura de leite e mel deixando-o exposto ao sol, coberto por moscas e formigas. Do meio de seus próprios excrementos e da podridão de suas entranhas surgiam vermes que lhe iam devorando o corpo. Essa tortura durava dias, até a morte da vítima.

Alguns filósofos da época manifestaram-se sobre as penas: Platão era contra a pena-vingança. A pena deveria ter um sentido corretivo, pois o vício e o crime eram considerados enfermidades da alma. As penas não deveriam simplesmente vingar a injustiça, mas evitar a ocorrência de novos crimes; Aristóteles entendia que tanto o mal quanto o crime eram produtos do querer livre e racional do homem e que, portanto, a pena deveria surgir como uma retribuição do mal pelo mal.

Roma – O primitivo direito romano sofreu influências da vingança privada e divina. Entre os romanos os crimes capitais eram mais numerosos, e salvo algumas exceções, a morte não envolvia nenhum agravante ou tortura acessória. Com o Império, o poder dos governantes passa a ser absoluto, agravando a lei penal. Os crimes capitais se multiplicam, e passam a ser punidos com a morte os crimes de adultério, incesto e de lesa-majestade. Aos patrícios a pena reservada era a decapitação, aos plebeus as penas mais degradantes e cruéis, e aos escravos restava a crucificação. Utilizavam-se ainda, a mutilação, a flagelação, a precipitação do alto de uma rocha e a execução de homens lançados às feras, nas chamadas arenas.

É através da evolução dos crimes que percebemos o processo evolutivo das penas. O que constatamos claramente é que, nas civilizações mais antigas, os atos criminosos estavam mais voltados contra as autoridades públicas e seus representantes, contra os costumes, as tradições e contra a religião. Com o passar dos tempos percebemos que os atentados contra a pessoa humana - a morte, o roubo, a violência e as fraudes -, passam a superar quase todos os outros delitos.

Período da Vingança Pública

As civilizações evoluem e com elas surgem novos conceitos de valores, impondo certos limites entre os campos da religião e do direito. As leis não poderiam mais ser aceitas como simples costumes sagrados, reveladas e sancionadas por deuses.

Com o fortalecimento da autoridade pública, o Estado se fortalece e passa a controlar o exercício da pena, tirando das mãos do ofendido, da vítima, ou de seus familiares, tal responsabilidade.

A composição, que na vingança individual era considerada uma faculdade de compensação e reparação torna-se um dever jurídico, e a pena, nesta passagem do privado para o público, perde seu fundamento religioso, assumindo uma finalidade política.

A época exata em que se deu à transição do privado para o público é incerta, mas, em Roma, com o fim da monarquia, os delitos de morte passaram a ser considerados infrações de caráter público e seus autores passaram a ser punidos pelo Estado.

Aproximadamente em 500 a.C., a Lex Valeria dá fim ao poder penal arbitrário exercido por monarcas, magistrados, senadores e pater-famílias.

Com o advento da República, surge a primeira grande expressão do Direito Penal Romano, conhecida como a Lei das XII Tábuas, contendo um total de 32 preceitos legais, que vigorou até 433 anos a.C..

Somente no ano 200 a.C. é que se produziu um abrandamento das penas, onde os delitos privados passam a ser punidos com penas pecuniárias, e a morte deixa de ser a pena dominante. Os crimes mais graves passam a ser resolvidos pelo povo reunido em comício.

Com a chamada “Leges Juliae” de César e Augusto, criou-se o “Ordo Judicorum Publicorum”, onde, para cada delito se decretava uma pena fixada em lei, e finalmente com a distinção sistemática entre crime público e privado a pena se torna definitivamente pública. A

partir do séc. II, os Tribunais Especiais passam a conduzir e julgar os processos com inteira liberdade e extremo rigor.

Já no final da Idade Antiga o Cristianismo passa a exercer grande influência na tentativa de moderar as punições mais cruéis, apresentando como principal argumento/característica a valorização da vida humana, tendo como defensores Santo Agostinho e São Tomaz de Aquino.

Na Idade Média, os crimes capitais já não eram mais tão numerosos, e somente eram condenados à morte os acusados de traição, rapto, homicídio e incêndio. Os crimes religiosos como heresia e descrença tinham grande importância, mas não eram reprimidos de forma sangrenta; eram preferidas as penitências e as mortificações. Somente em casos mais graves o culpado era entregue a justiça secular.

Para evitar a pena de morte a igreja utilizava a pena de prisão. O transgressor era conduzido a uma cela para reclusão solitária, chamada de penitência. Era visitado apenas pelo seu confessor ou diretor espiritual. A pena apresentava duplo sentido: proporcionar o arrependimento e a reconciliação com Deus, e ao mesmo tempo punir.

Foi então com a internação em mosteiros e a reclusão em celas que se originou a pena privativa de liberdade e a utilização da expressão celular.

Mas, apesar dos grandes esforços da Igreja na tentativa de amenizar as penas, a Idade Moderna registra o auge da repressão.

De acordo com registro de estudiosos, na Europa, entre o séc. XIII e o séc. XVIII, além das já mencionadas, foram acolhidas as seguintes penas: morte pelo azeite fervendo, forca, cegamento, espada, execução em efígie, tenazes, marca com ferro em brasa, dilacerações dos membros, mutilações, açoites, ferretes, trabalhos forçados em minas, pedreiras e outros,

serviços públicos, censura, multa, confisco, retratação pública, banimento e peregrinação. Até mesmo a pena de morte, era sempre acompanhada de extremo suplício.

A execução da pena era sempre precedida de solenidade destinada a impressionar o povo. Na França as cerimônias apresentavam caráter minucioso e extravagante, onde o indivíduo ficava exposto para que o povo caçoasse dele, cuspisse, lhe dessem bofetadas, além de jogarem pedras, lama e sujeira nos olhos. A cerimônia punitiva era sempre aterrorizante. A população exercia papel relevante, era ao mesmo tempo expectador e testemunha da punição. O dia transcorria em clima de festa, era grande o consumo de bebidas. Na praça onde aconteciam às punições se reuniam ladrões, pobres, mendigos, batedores de carteiras, vagabundos e as mais diversas espécies do submundo e da contravenção. O povo aplaudia, aclamava, tomava parte ativa na execução da sentença muitas vezes libertando o condenado e perseguindo o carrasco.

Essas formas atrozes de punição se estenderam até o final do séc. XVIII e início do séc. XIX. É somente no início de séc. XIX que tais punições deixam de causar o horror esperado, tornando-se evidente a necessidade de reformar o direito penal, com a adoção de uma outra política. Inicia-se assim um novo ciclo na história da pena, conhecido como período humanitário.

O Brasil conheceu algumas expressões cruéis das penas e dos suplícios. Como exemplo, a condenação de Tiradentes pelo crime de lesa-majestade, cuja condenação determinou que o mesmo fosse enforcado, que a cabeça lhe fosse cortada, o corpo dividido em quatro quartos, posteriormente pregados em postes.

A pena capital podia ser aplicada de três maneiras: a) morte cruel – através de lentos suplícios; b) morte atroz – em circunstâncias especiais, com a queima do cadáver, exposição

de partes do corpo, etc; c) morte simples – com a supressão da vida sem rituais ou suplicios. Além dessas, eram utilizadas também amputação de membros, açoites com baraço e pregão, as galés, deserdação, confisco, etc.

Período Humanitário da Pena

O suplicio das penas passa a ser intolerável na segunda metade do séc. XVIII. Surge então, um movimento de protesto que pregava a moderação das punições e sua proporcionalidade com os crimes. Uniram-se então magistrados, juristas, filósofos, parlamentares, legisladores e técnicos em direito com o intuito de renovar o sistema penal.

Neste período, de acordo com Foucault (1986), era

preciso punir de outro modo: eliminar essa confrontação física entre soberano e condenado; esse conflito frontal entre a vingança do príncipe e a cólera contida do povo, por intermédio do supliciado e do carrasco. O suplicio tornou-se rapidamente intolerável. [...] É preciso que a justiça criminal puna em vez de se vingar (FOUCAULT, 1986, p. 69).

Verifica-se neste momento o declínio dos crimes contra as pessoas e um aumento dos crimes contra o patrimônio (roubo, furto, fraude), em decorrência de uma grande elevação do nível de vida, da multiplicação de bens móveis e imóveis e do forte crescimento demográfico das cidades. A justiça passa a agir com mais severidade, registrando-se o desenvolvimento do aparelho policial.

Além do abrandamento das penas com o desaparecimento dos castigos atrozes, os chamados reformadores pretendiam também atacar a corrupção que dominava a justiça. Uma justiça irregular e contraditória, onde as múltiplas instâncias determinavam o surgimento de conflitos tanto de ordem jurídica, como econômica e política.

Além das múltiplas instâncias era o rei quem detinha o poder de decisão sobre internamento ou exílio; de impedir o curso dos processos por meio de perdão, comutação (atenuação, permuta ou substituição da pena), evocação ou pressão sobre os magistrados. O excesso de poderes atribuídos ao rei tornava a justiça incerta e conflitante.

O novo direito deveria deslocar-se da vingança suprema e estender-se à defesa de toda a sociedade, caracterizando-se pela intimidação, atenuação da punição, codificação dos crimes e sanções, e formando um consenso sobre a necessidade da prevenção do delito.

Tais progressos só começaram a surtir efeitos com o advento do Código Penal Francês de 1810, que suprimia toda e qualquer forma de mutilação, diminuindo o número de crimes capitais, e propiciando aos juizes meios de atenuarem as penas.

Somente na primeira metade do séc. XIX é que os vários tipos de suplícios foram definitivamente excluídos.

1.2 O Surgimento das Prisões, seus Sistemas e Principais Modelos

A palavra prisão tem como significados: ato ou efeito de prender, capturar; no popular: cadeia; pena de detenção em cadeia; laço, vínculo (físico ou moral); tudo o que tira ou restringe a liberdade individual; embaraço, obstáculo; coisa que atrai e cativa o espírito, que o prende e desvia de qualquer outra influência.

De acordo com as investigações históricas apresentadas por Oliveira (1984), os povos primitivos utilizavam como forma de punição a pena de morte e o suplício, ignorando quase que completamente as penas privativas de liberdade ou mesmo as prisões. No início, a detenção surge apenas como uma medida preventiva e somente mais tarde assume um caráter repressivo, tornando-se um tipo de penalidade – hoje, principal forma de punição.

A prisão preventiva não era necessária junto às sociedades pouco desenvolvidas, pois a responsabilidade coletiva prevalecia sobre a individual, e não só o acusado deveria reparar o mal cometido, mas todo o clã do qual fizesse parte. É, portanto, com o desenvolvimento das sociedades que a responsabilidade individual se intensifica, e nessa época, para evitar fugas, a prisão aparece localizada em palácios, nas dependências dos templos e nas muralhas que cercavam as cidades.

A mais velha prisão é encontrada em Roma, na fortaleza real; na Idade Média estava localizada no castelo senhoril e nas torres das muralhas que cercavam as cidades; no antigo México, em gaiolas de madeiras onde os acusados eram amarrados; na Judéia, em fossas baixas.

As condições econômicas da época não permitiam a construção de estabelecimentos penais adequados, e muitas vezes eram utilizados buracos em forma de fossas para aprisionamento dos condenados, local onde ficavam expostos e lhe eram aplicados suplicios; acabavam apodrecendo na imundície, em meio aos vermes.

Porém, tais formas de prisão não constituíam penas propriamente ditas e nem eram ligadas a crimes definidos. É somente no “Livro de Esdras” que, pela primeira vez, a privação de liberdade/aprisionamento é considerado pena.

Em Atenas, era utilizada como pena especial. Os filósofos Sócrates e Platão se manifestam: o primeiro falando em detenção perpétua, e o segundo propondo a substituição de várias penas pelo aprisionamento. No entanto, foi pouco utilizada, servindo apenas para impedir a fuga de acusados ou forçar os devedores a pagarem suas dívidas.

Em Roma a prisão era raramente utilizada, exceto com escravos, soldados e atores.

As Primeiras Prisões

Conforme Oliveira (1984), “Foi na sociedade cristã que a prisão tomou forma de sanção. De início, foi aplicada temporariamente e, após, como detenção perpétua e solitária, em cela murada” (OLIVEIRA, 1984, p.31).

Com o surgimento da pena de reclusão, a pena de morte foi enfraquecendo progressivamente. Mas, somente no séc. XVIII a pena privativa de liberdade é reconhecida como pena definitiva em substituição a pena de morte. Antes disso, a simples prisão do condenado não era considerada suficiente, sendo sempre acompanhada de outras privações, como: carência alimentar, utilização de colar de ferro, cintos, entraves, etc.

Com o Código Penal Francês de 1810, é que todos os suplicios, exasperações e trabalhos forçados a que eram submetidos os condenados, foram definitivamente deixados de lado.

A prisão, como um tipo de pena autônoma teve suas primeiras experiências registradas na Europa, com as chamadas Casas de Força. As Casas de Força aparecem no séc. XVI, destinadas ao internamento de mendigos, vagabundos, prostitutas e jovens desonestos, todos submetidos a um regime de trabalho obrigatório.

Na Alemanha, as prisões surgem entre os anos de 1609 e 1629 em várias cidades.

Entre os séculos XVII e XVIII, surgem inúmeros estabelecimentos de detenção, com diferentes nomes, e não obedecendo aos sistemas penitenciários, nem mesmo as normas de higiene e moral. Tais prisões eram geralmente subterrâneas, insalubres e infectas – algumas dessas infecções eram transmitidas para fora dos estabelecimentos prisionais, produzindo inúmeros danos à população livre -, onde os prisioneiros eram jogados, abandonados, passavam fome – recebiam apenas pão e água -, e sofriam torturas cruéis.

As Influências do Inglês John Howard

Foi com o inglês John Howard, que dedicou praticamente toda a sua vida aos estudos e pesquisas sobre as condições e melhoramentos carcerários, e seu livro “State of Prisons in England and Wales”, de 1777, que se registrou na Inglaterra um verdadeiro movimento revolucionário para humanizar as regras disciplinares da detenção e do regime prisional da época.

Chegou a apresentar por duas vezes, em 1774 e 1779, seu projeto de reforma carcerária junto à Câmara dos Comuns, não obtendo aprovação. Howard idealizava um sistema penitenciário com base no recolhimento celular, reforma moral pela religião, trabalho diário e com atendimento as condições de higiene e alimentação.

Nos anos de 1775 e 1781, com a ajuda do Duque de Richmond, foram construídos dois estabelecimentos penitenciários, de acordo com o seu projeto, chamados de “Penitentiary-House”.

Howard conseguiu junto ao Parlamento a liberação de muitos reclusos cujas penas já haviam sido cumpridas, mas que, eram mantidos presos por não poderem pagar a chamada taxa carcerária.

Em suas viagens pelo mundo, John Howard visitou inúmeras prisões e reclusos. Faleceu aos 64 anos vítima de moléstia contraída nestas visitas.

O Sistema Panótico

O criminalista e filósofo inglês Geremias Bentham, deu continuidade às idéias de Howard, apresentando um novo modelo de estabelecimento prisional conhecido como panótico.

Segundo Foucault (1986), “o panóptico tornou-se, por volta dos anos 1830-1840, o programa arquitetural da maior parte dos projetos de prisão” [...]. Esse sistema permitiu:

que a força ou as coações violentas fossem substituídas pela eficácia suave de um vigilância sem falha; de ordenar o espaço segundo a recente humanização dos códigos e a nova teoria penitenciária (FOUCAULT, 1986.p. 222).

Nesse sistema, o prisioneiro ficava trancado em sua cela, as paredes laterais não permitiam nenhum contato com os companheiros, as janelas continham grades na parte externa; a torre de supervisão ficava no centro da parte interna, onde se fixava um guarda com visão do interior de todas as celas.

Funes (1953), descreve a panótica como uma prisão celular de forma radial, onde uma só pessoa poderia exercer em qualquer momento, de um posto de observação, a vigilância de todas as celas. Afirmar ainda, que, na concepção de Bentham, a panótica não se tratava apenas uma nova arquitetura de edifício, mas de um regime que se propunha a guardar prisioneiros com maior segurança e economia, pois tal regime estava baseado na educação do recluso.

De acordo com Funes (1953), Bentham definia a prisão:

como lugar onde se priva da liberdade a homens que dela tem abusado, para prevenir novos crimes de sua parte e para desviar deles os demais homens, pelo terror e pelo exemplo [...] se trata, ademais, duma casa de correção que se deve propor o reformar os costumes das pessoas reclusas nela, a fim de que a sua volta à liberdade não constitua uma desgraça para a sociedade nem para o liberado (FUNES, 1953, p 67).

Para Bentham, a prisão ideal deveria tomar como base para sua administração interna, a ausência de sofrimentos corporais:

Os rigores na prisão, os calabouços, os ferros, devem se aplicar excepcionalmente, como meios de segurança contra certos prisioneiros, e é preciso reformá-las para que deixem de ser um lugar infecto horrível, escola de todos os crimes e acúmulo de todas as misérias (FUNES, 1953, p.67).

Uma das principais obras de Bentham, denominada “Memórias” foi encaminhada a Assembléia Legislativa Francesa em 1791, com o objetivo de reformar as leis criminais. A Assembléia ordenou a impressão da obra, mas não a utilizou.

São três os sistemas de organização penitenciária apresentados por Bentham: a) a prisão cloaca – um lugar de corrupção total, sem intervalos para a reflexão, que endurece o homem para a vergonha; b) prisão da soledade absoluta – preserva os reclusos do contágio moral, lhes permitindo a reflexão, e o despertar do arrependimento. Este sistema celular a princípio produz efeito edificante, mas logo perde a eficácia conduzindo o recluso à loucura ou à insensibilidade, além de ser extremamente oneroso; c) cela múltipla – celas capazes de conter vários prisioneiros, escolhidos pelo seu caráter, idade, grau de criminalidade e de perversidade.

Apesar de ter sido aprovada na Inglaterra, a primeira penitenciária panótica só foi construída em 1800, nos Estados Unidos, na cidade de Richmond, no Estado da Virgínia.

O Sistema de Filadélfia

Criado em 1790, na cidade de Filadélfia, o novo regime de reclusão chamado “Solitary Confinement”, apresentava forte influência da religião católica.

Tal sistema, também conhecido como pensilvânico ou celular, impunha o isolamento absoluto e constante, sem trabalho e sem receber visitas, e o detento deveria ser estimulado somente pela leitura da Bíblia e livros sacros.

João Farias Junior descreve os procedimentos fundamentais do sistema de Filadélfia da seguinte maneira:

a) o condenado chegava a prisão, tomava banho, era examinado pelo médico, após vendados os seus olhos, vestiam-lhe uniforme; b) encaminhado à presença do diretor onde recebia as instruções sobre a disciplina da prisão; c) em seguida era levado à cela, desvendado os olhos, permanecendo na mais absoluta solidão, dia e noite, sem cama, banco ou assento, com direito ao estritamento necessário para suportar a vida. Muitos se suicidavam. Outros ficavam loucos ou adoeciam; d) o nome era substituído por número, oposto no alto da porta e no uniforme; e) a comida era fornecida uma vez por dia, só pela manhã; f) era proibido ver, ouvir ou falar com alguém; g) a ociosidade era completa; h) o estabelecimento penitenciário de forma radial, com muros altos e torres distribuídas em seu contorno, tinha regime celular (JUNIOR, apud OLIVEIRA, 1984, p. 39).

Outra característica apresentada pelo sistema era o de exhibir os prisioneiros a estranhos, com o objetivo de impressioná-los e mantê-los afastados do mau caminho.

O sistema de Filadélfia foi muito criticado, pois, além de ser extremamente severo, não contribuía em nada para a ressocialização do condenado. Predominou na Europa, principalmente na Inglaterra, Alemanha e Bélgica.

O Sistema de Auburn

Surge em Nova York, no ano de 1821, um novo modelo, onde durante o dia o sentenciado trabalhava em silêncio junto com os outros, havendo isolamento durante a noite.

O sistema Auburn pretendia condicionar o detento pelo trabalho, disciplina e mutismo.

João Farias Junior descreve os princípios fundamentais desse sistema:

a) o condenado ingressava no estabelecimento, tomava banho, recebia uniforme, e após o corte da barba e do cabelo era conduzido à cela, com isolamento durante a noite; b) acordava às 5,30 horas, ao som da laborada; c) o

condenado limpava a cela e fazia sua higiene; d) alimentava-se e ia para as oficinas, onde trabalhava até tarde, podendo permanecer até às 20:00 horas, no mais absoluto silêncio, só se ouvia o barulho das ferramentas e dos movimentos dos condenados; e) regime de total silêncio de dia e de noite; f) após o jantar o condenado era recolhido; g) as refeições eram feitas no mais completo mutismo, em salões comuns; h) a quebra do silêncio era motivo de castigo corporal. O chicote era o instrumento usado para quem rompia com o mesmo; i) aos domingos e feriados o condenado podia passear em lugar apropriado, com a obrigação de se conservar incomunicável (JUNIOR apud OLIVEIRA, 1984, p. 41-42).

A regra desumana do silêncio aplicada nesse sistema fez com que os presos criassem novas formas para sua comunicação: a formação de um alfabeto, através da utilização de sinais com as mãos; batidas nas paredes; canos de água; ou esvaziamento da bacia dos sanitários. Essa prática é conservada ainda hoje nas prisões de segurança máxima onde a disciplina é mais rígida.

O sistema auburniano predominou nos Estados Unidos.

O Sistema de Montesinos

O sistema espanhol de Montesinos teve como precursor o Coronel Manoel Montesinos y Molina, em 1834. Tal sistema enfatizava o sentido regenerador da pena, com a criação do trabalho remunerado para que o preso não fosse explorado, além de suprimir os castigos corporais. Era comparado a um estabelecimento de segurança mínima, onde surpreendentemente, o número de evasões era extremamente baixo.

O Sistema Inglês ou Progressivo

Esse sistema nasceu na Austrália, mas foi aplicado na Inglaterra em 1846, como um novo sistema de prisão, atribuído a um capitão da Marinha Real Inglesa, Alexander Maconochie.

Segundo Funes (1953), os princípios do sistema Inglês são definidos do seguinte modo:

Apaguemos a escravidão de entre os nossos castigos; apoiemo-nos mais na influência, e menos na força; erijamos mais estímulos e menos muralhas e poderemos curar, como hoje sabemos piorar. E o proveito para a humanidade não será inferior a nenhum dos que obteve nos tempos modernos. O que se necessita na luta com o crime é dar a devida importância à reforma dos criminosos e estudar o modo como o rigor pode tender para aquele fim. Mas isto é somente uma parte da obra. O tratamento deve ser preventivo mais que curativo; olhar para o futuro, não para o passado (FUNES, 1953, p. 159).

Maconochie introduziu uma inovação no sistema penitenciário, conhecida como sistema de vales. De acordo com esse sistema, a duração da pena não seria determinada exclusivamente pela sentença condenatória, mas dependeria da boa conduta do preso, do trabalho produzido e da gravidade do delito. O condenado recebia vales ou marcas quando seu comportamento era positivo, e os perdia quando não se comportava de maneira adequada.

Dentro do sistema inglês ou progressivo, o tempo de duração da pena era cumprido em três períodos: a) período da prova – período inicial de isolamento celular completo; b) período com isolamento celular noturno e trabalho durante o dia, com rigoroso silêncio; c) período da comunidade – com benefício da liberdade condicional.

O Sistema Progressivo Irlandês

Em 1853 na Irlanda, Walter Crofton adota o sistema de vales, além de acrescentar um quarto período: preparação à vida livre, que consistia em transferir o recluso a prisões intermediárias, com suave regime de segurança, sem utilização de uniformes, com permissão para conversar, sair de dentro de um certo raio, com trabalho externo no campo, objetivando o preparo do condenado para retornar à sociedade.

O sistema progressivo irlandês foi adotado no Código Penal Brasileiro, com exceção do uso de marcas ou vales, onde: no primeiro período – o preso fica sujeito à observação, durante o máximo de três meses; no segundo período – é submetido ao trabalho comum, com isolamento noturno (regime fechado); no terceiro período – o detento é encaminhado para um estabelecimento semi-aberto ou colônia agrícola; e no quarto período – recebe a liberdade condicional.

Na atualidade, de acordo com o Código Penal Brasileiro, são Regras do Regime Fechado:

Art. 34. O condenado será submetido, no início do cumprimento da pena, a exame criminológico de classificação para individualização da execução.

§ 1º O condenado fica sujeito a trabalho no período diurno e a isolamento durante o repouso noturno.

§ 2º O trabalho será em comum dentro do estabelecimento, na conformidade das aptidões ou ocupações anteriores do condenado, desde que compatíveis com a execução da pena.

§ 3º O trabalho externo é admissível, no regime fechado, em serviços ou obras públicas.

Prisão Semi-Aberta

A prisão semi-aberta surgiu na Suíça, sendo a primeira experiência realizada na cadeia de Witzwill, uma verdadeira fazenda, localizada na zona rural, onde os condenados

trabalhavam como colonos. O trabalho era realizado ao ar livre, remunerado e a vigilância era reduzida.

Esse tipo de prisão apresentava como principais inconvenientes: a difícil adaptação de presos procedentes das zonas urbanas, e a grande facilidade para fugas.

De acordo com o Código Penal Brasileiro, são Regras do Regime Semi-Aberto:

Art. 35. Aplica-se a norma do artigo 34 deste código, **caput**, ao condenado que inicie o cumprimento da pena em regime semi-aberto³.

§ 1º O condenado fica sujeito a trabalho comum durante o período diurno, em colônia agrícola, industrial ou estabelecimento similar.

§ 2º O trabalho externo é admissível, bem como a frequência a cursos supletivos profissionalizantes, de instrução de segundo grau ou superior.

Prisão Aberta

Esse regime de prisão é constituído por uma residência onde o condenado se recolhe à noite para dormir, depois de ter trabalhado e/ou estudado fora durante o dia todo. Os finais de semana e os feriados também são passados nesta residência comum.

No Brasil, com a vigência da Lei nº 6.416, de 24 de maio de 1977, surge oficialmente este tipo de prisão aberta ou comunitária, conhecida como prisão albergue. Porém, nos dias atuais, a aplicabilidade desse regime enfrenta dificuldades, principalmente por descaso das autoridades competentes, não havendo verba disponível para construção de residências adequadas para instalação dos albergados, nem mesmo fornecimento de recursos humanos e materiais, extremamente necessários.

³ Art. 34. O condenado será submetido, no início do cumprimento da pena, a exame criminológico de classificação para individualização da execução.

De acordo com o Código Penal Brasileiro, são Regras do Regime Aberto:

Art. 36. O regime aberto baseia-se na autodisciplina e senso de responsabilidade do condenado.

§ 1º O condenado deverá, fora do estabelecimento e sem vigilância, trabalhar, frequentar curso ou exercer outra atividade autorizada, permanecendo recolhido durante o período noturno e nos dias de folga.

§ 2º O condenado será transferido do regime aberto, se praticar fato definido como crime doloso, se frustrar os fins da execução ou se, podendo, não pagar a multa cumulativamente aplicada.

Penas Alternativas à Prisão

Também conhecidas como Restritivas de Direito, são penas autônomas e foram adotadas pelo Código Penal com o objetivo de substituir as penas privativas de liberdade, observadas algumas condições.

Considerando a sua importância, apresentaremos maiores detalhes das Penas Alternativas em nosso terceiro capítulo.

A seguir, dando continuidade ao trabalho, apresentaremos um breve histórico sobre o Sistema Prisional no Estado de Santa Catarina, também, sobre a Penitenciária Estadual de Florianópolis e como o Serviço Social atua nesta; e os dados e respectivas análises dos resultados de nossa pesquisa junto aos sentenciados, com o objetivo de reconhecer as principais perdas e ganhos desses indivíduos institucionalizados, num período compreendido entre dois e cinco anos de reclusão.

2 SISTEMA PRISIONAL NO ESTADO DE SANTA CATARINA, A PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE FLORIANÓPOLIS – HISTÓRICO E ATUALIDADES -, E O SERVIÇO SOCIAL NA INSTITUIÇÃO, METODOLOGIA E ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA

2.1 O Sistema Prisional no Estado de Santa Catarina

Informações obtidas junto à Penitenciária Estadual de Florianópolis, demonstram que a população prisional de Santa Catarina segundo Pereira (2003, p.23), é de cerca de 4.600 pessoas, das quais, 71% são do sexo masculino e 29% do sexo feminino. Essa população encontra-se distribuída em 03 Penitenciárias, 21 Presídios, 01 Unidade Prisional, 01 Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico, e 01 Casa do Albergado.

De acordo com o Regimento Interno dos Estabelecimentos Penais do Estado de Santa Catarina (1989), a Penitenciária destina-se aos trabalhos de custódia e reeducação dos sentenciados em fase de cumprimento da pena imposta por decisão judicial. O tratamento penitenciário tem como objetivos efetivar as disposições da sentença ou decisão criminal, prevenir o crime e a reeducação do sentenciado.

O sistema penal em Santa Catarina é administrado pelo Departamento de Administração Penal (DEAP), órgão subordinado à Secretaria de Segurança Pública e Defesa do Cidadão.

Conforme citado em Decker (2000, p. 24), ao Departamento de Administração Penal compete:

I – Coordenar e orientar os estabelecimentos penais, objetivando assegurar perfeita unidade na execução das penas privativas de liberdade e nas medidas de segurança;

- II – Estudar, elaborar e implantar, junto às Unidades de Execução e Tratamento Penal do Estado, programas orientados para a reeducação e readaptação social dos sentenciados;
- III – Pesquisar e analisar, no âmbito do Estado, as causas da criminalidade em seus múltiplos aspectos;
- IV – Elaborar programas de treinamento para os recursos humanos vinculados às atividades de tratamento e execução penal;
- V – Promover levantamentos estatísticos dos índices de criminalidade;
- VI – Desenvolver outras atividades relacionadas com a política de execução e tratamento penal.

A seguir, apresentaremos um breve histórico, bem como algumas informações mais recentes sobre a Penitenciária Estadual de Florianópolis, instituição onde realizamos o Estágio Curricular Obrigatório. Consideramos tais informações necessárias para que possamos entender melhor tal realidade.

2.2 Penitenciária Estadual de Florianópolis – Histórico e Atualidades

A Penitenciária Estadual de Florianópolis, considerada o estabelecimento penal mais antigo do Estado, é uma Instituição Pública, cujo âmbito de atuação é o Estado de Santa Catarina, e que está diretamente subordinada ao DEAP – Departamento de Administração Penal, da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão.

Conhecida inicialmente como “Pedra Grande”, foi criada através da Lei nº 1.547, de 20 de outubro de 1926, começou a ser construída em 1929, sendo inaugurada em 1930, com

capacidade de internar 50 reclusos. O estabelecimento destinava-se aos trabalhos de custódia e reintegração social dos sentenciados no cumprimento de pena imposta por decisão judicial.

Na década de quarenta foi ampliada com a construção de três novas galerias, e com a construção de algumas dependências externas, entre elas o alojamento da Companhia da Polícia Militar, o almoxarifado e a padaria (hoje desativada).

Entre as décadas de quarenta e cinquenta foram construídas as oficinas de marcenaria, tipografia, vassouraria, colchoaria, alfaiataria e artesanato, nas quais trabalhavam os presos condenados ao regime fechado.

Em 1965 foi construído um prédio de forma arredondada, com três pavimentos, onde, até hoje funciona todo o serviço administrativo da Penitenciária.

Hoje, o número de oficinas está reduzido, algumas funcionando precariamente. Em funcionamento estão apenas as oficinas de marcenaria, lanternas (utilizadas no cultivo de ostras), retificação de hidrômetros (encaminhados pela CASAN), alfaiataria, malharia e confecção de pranchas de surf. Esta última mencionada encontra-se atualmente desativada por falta de material.

Porém, vale lembrar que, de acordo com Oliveira (1984, p. 159), “no Brasil, o trabalho é obrigatório a todo sentenciado”, estando regulamentado pelos artigos 29 e 30 do Código Penal Brasileiro:

Art. 29, § 1º - o sentenciado fica sujeito ao trabalho, que deve ser remunerado e ao isolamento, durante o repouso noturno.

Art. 30, § 3º - o trabalho do recluso será remunerado, aplicando-se seu produto:

- a) Na indenização dos danos causados pelo crime, desde que determinados judicialmente e não reparados por outros meios;
- b) Na assistência à família, segundo a lei civil;
- c) Em pequenas despesas pessoais;

d) Ressalvadas outras aplicações legais, em depósito da parte restante, para constituição de pecúlio, em caderneta de poupança da Caixa Econômica Federal, a qual lhe será entregue no ato de ser posto em liberdade.

Na década de oitenta teve início à ampliação da capacidade física da Penitenciária não havendo, no entanto, acréscimo do número de celas. Segundo Decker (2000, p. 26), “optou-se pela adoção de uma medida paliativa, que consistia em substituir as camas individuais por um beliche de concreto nas celas”.

De acordo com o autor, com a construção dos beliches de concreto, as dimensões dos cubículos foram alteradas, portanto, normas técnicas previstas na legislação foram infringidas, tornando-se, de certa forma, objeto de desumanização do ambiente carcerário, mais especificamente no regime fechado.

Baseado nesta argumentação convém lembrar que a Lei de Execuções Penais (LEP), em seu III Capítulo, é bastante clara com relação a esta e a outras questões relacionadas aos direitos dos sentenciados, nos seguintes Artigos:

Art. 87 - A Penitenciária destina-se ao condenado à pena de reclusão, em regime fechado.

Art. 88 - O condenado será alojado em cela individual que conterà dormitório, aparelho sanitário e lavatório.

Parágrafo único - São requisitos básicos da unidade celular:

a) salubridade do ambiente pela concorrência dos fatores de aeração, insolação e condicionamento térmico adequado à existência humana;

b) área mínima de 6 m² (seis metros quadrados).

Art. 90 - A penitenciária de homens será construída em local afastado do centro urbano a distância que não restrinja a visitação.

O processo de ampliação desorganizada continua e em 1989 foi construída a Ala de Segurança Máxima, com capacidade para 44 (quarenta e quatro) detentos.

Desta última vez, a modalidade de expansão inovou, contraditoriamente em condições até menos degradantes que as celas tradicionais. A Penitenciária Estadual de Florianópolis é a primeira no país a utilizar a chamada Cella PM1 4 B - Unidade Prisional Móvel de Segurança Máxima - também conhecida como Cella Móvel. Na realidade, a cela móvel é um contêiner⁴ de aço. Ele possui banheiro (com vaso sanitário e chuveiro), e lateralmente apresenta duas paredes de aço laminado formando entre si um sistema de isolamento térmico, que possibilita à unidade manter uma temperatura agradável com uma variação de até 10° Celsius em relação ao ambiente externo.

Essa unidade prisional foi considerada uma grande alternativa na solução de problemas como a superlotação carcerária e fugas, além das vantagens, tais como a rapidez com que pode ser construída e seu baixo custo – cerca de 50% menor do que em outras instalações.

Em 2002, foi inaugurada a primeira parte dos contêineres da Penitenciária, com capacidade inicial para alojar 120 (cento e vinte) detentos. A segunda parte foi inaugurada em novembro de 2003, com capacidade para abrigar mais 80 (oitenta) sentenciados. Cada uma das “celas” do setor tem capacidade para abrigar até 8 (oito) detentos.

Atualmente, cerca de 794⁵ detentos cumprem pena na Penitenciária, distribuídos em 3 (três) setores: ala interna, ala de segurança máxima e contêiner.

O quadro organizacional da instituição, na atualidade, é composto por um Diretor Geral, e cinco gerências diretamente subordinadas a essa direção, sendo elas: Gerência de Execuções Penais, Gerência de Revisões Criminais, Gerência de Apoio Operacional, Gerência

⁴ Grande caixa, de tamanho e características padronizados, para acondicionamento de “carga”, a fim de facilitar o seu transporte, embarque e desembarque. (Neste caso, essa caixa é devidamente adaptada).

⁵ Informação obtida em 14/06/2004, junto ao Chefe de Segurança. Porém, vale lembrar que, durante o período de estágio constatamos que esse número não é preciso, oscilando praticamente todos os dias. A transferência de detentos da Penitenciária para outros municípios, para outras instituições ou mesmo, de outras instituições e/ou municípios para a Penitenciária de Florianópolis, é uma constante.

de Atividades Laborais e Gerência de Saúde, Ensino e Promoção Social - esta última composta pelos setores de saúde, escola supletiva, psicologia e Serviço Social.

Além dos cargos comissionados acima mencionados, a Penitenciária conta ainda com cerca de 248 funcionários, sendo 129 lotados na área de segurança e 119 na área administrativa.

Atualmente, pode-se dizer que, com a ativação de uma nova Penitenciária no município vizinho de São Pedro de Alcântara, a Penitenciária Estadual de Florianópolis não enfrenta o problema de superlotação. De acordo com declarações do Chefe de Segurança⁶, “existem algumas vagas disponíveis, mas, não basta simplesmente receber o sentenciado, tem que haver estrutura para também mantê-lo na instituição em condições dignas e humanizadas”, uma preocupação bastante relevante.

2.3 O Serviço Social na Instituição

O Serviço Social na área penal, mais especificamente na Penitenciária de Estadual de Florianópolis, foi criado em 1970, com apenas uma Assistente Social e duas estagiárias. Atualmente, conta com três estagiárias e duas Assistentes Sociais, uma delas sendo a gerente do setor.

O Serviço Social está baseado no Regimento Interno dos Estabelecimentos Penais de Santa Catarina, estabelecido pelo Decreto nº 3494, de 27 de junho de 1989, artigos 29 e 30, que determina as atividades pertinentes a Assistência Social junto a Instituição:

I. Conhecer, diagnosticar e traçar alternativas, junto com a população presa e os egressos, quanto aos problemas sociais evidenciados;

⁶ Informações obtidas em conversa informal com o Chefe de Segurança da Penitenciária Estadual de Florianópolis, em 14/06/2004.

- II. Conhecer os resultados dos diagnósticos e exames;
- III. Providenciar a realização de cursos de alfabetização, ensino profissional e outros;
- IV. Relatar, por escrito, ao Diretor do estabelecimento, os problemas e as dificuldades enfrentadas pelo assistido e seus familiares;
- V. Elaborar relatórios e emitir pareceres se for o caso, em requerimentos e processos de interesse da população carcerária;
- VI. Acompanhar o desenvolvimento das saídas para as visitas familiares e para o trabalho externo;
- VII. Promover, no estabelecimento, pelos meios disponíveis, a recreação e a cultura;
- VIII. Promover a orientação do assistido, na fase final do cumprimento da pena, e do retorno à liberdade;
- IX. Providenciar a obtenção de documentos, dos benefícios de previdência social e do seguro por acidente de trabalho;
- X. Coordenar e supervisionar as atividades dos agentes religiosos e dos estagiários do Serviço Social;
- XI. Integrar os conselhos religiosos;
- XII. Orientar e amparar quando necessário, a família do preso, do internado e da vítima.

Além do Regimento Interno acima mencionado, as atividades do Serviço Social na Instituição também estão pautadas na Lei de Execução Penal, em seu Artigo 22, que determina: “A assistência social tem por finalidade amparar o preso e o internado e prepará-los para o retorno à liberdade”.

A principal atividade desenvolvida pelo Serviço Social na instituição é o atendimento individual aos detentos, tendo por objetivo suprir desde as suas necessidades mais básicas, até

a resolução de questões mais complexas, relacionadas ao próprio sentenciado e/ou aos seus familiares, priorizando sempre o resgate dos vínculos entre o sentenciado e sua família.

Para receber o atendimento da Assistente Social, o detento deve preencher um Memorando Interno que será encaminhado à segurança, e somente após a análise e o aval deste setor será encaminhado ao Serviço Social. Cada detento tem direito a 01(um) memorando mensal.

É preciso aqui registrar que a especificidade do trabalho no interior do Sistema Prisional impõe regras adicionais quanto ao acesso da população usuária ao Assistente Social. Todo e qualquer atendimento necessita da autorização e auxílio do setor de segurança para que possa ser realizado.

Os atendimentos aos detentos são executados pelas Assistentes Sociais e estagiárias(os) praticamente todos os dias, em pelo menos uma das áreas da Penitenciária: parte Interna, contêiner e/ou segurança máxima. Devido ao grande número de solicitações de atendimento, os memorandos são atendidos em média com no mínimo 15 (quinze) dias de atraso.

Semanalmente são realizadas também, as chamadas entrevistas para a CTC – Comissão Técnica Classificatória. Os detentos que já cumpriram parte de suas penas, e têm direito à progressão de regime – semi-aberto, livramento condicional, saída temporária, entre outros -, são entrevistados e analisados pelos profissionais dos setores de Psicologia, Serviço Social e Direito. No caso do Serviço Social o instrumento utilizado para obter informações atualizadas do sentenciado é o Estudo Social, estruturado com questões já pré-elaboradas.

As entrevistas para a CTC – Comissão Técnica de Classificação, estão regulamentadas pela Lei de Execução Penal, que determina:

Art. 5º - Os condenados serão classificados, segundo os seus antecedentes e personalidade, para orientar a individualização da execução penal.

Art. 6º - A classificação será feita por Comissão Técnica de Classificação que elaborará o programa individualizador e acompanhará a execução das penas privativas de liberdade e restritivas de direitos, devendo propor, à autoridade competente, as progressões e regressões dos regimes, bem como as conversões.

Art. 7º - A Comissão Técnica de Classificação, existente em cada estabelecimento, será presidida pelo diretor e composta, no mínimo, por dois chefes de serviço, um psiquiatra, um psicólogo e um assistente social, quando se tratar de condenado à pena privativa da liberdade.

Parágrafo único - Nos demais casos a Comissão atuará junto ao Juízo da Execução e será integrada por fiscais do Serviço Social.

Art. 8º - O condenado ao cumprimento de pena privativa de liberdade, em regime fechado, será submetido a exame criminológico para a obtenção dos elementos necessários a uma adequada classificação e com vistas à individualização da execução.

Parágrafo único - Ao exame de que trata este artigo poderá ser submetido o condenado ao cumprimento da pena privativa de liberdade em regime semi-aberto.

Art. 9º - A Comissão, no exame para a obtenção de dados reveladores da personalidade, observando a ética profissional e tendo sempre presentes peças ou informações do processo, poderá:

I - entrevistar pessoas;

II - requisitar, de repartições ou estabelecimentos privados, dados e informações a respeito do condenado;

III - realizar outras diligências e exames necessários.

Após a análise do processo de progressão e do interno por cada profissional, estes se reúnem para, juntos, formularem um único parecer - favorável ou não a progressão do regime - que, posteriormente, será encaminhada ao juiz para apreciação e decisão final.

Além dos atendimentos mencionados, os profissionais também acompanham os detentos em suas “breves saídas” da Penitenciária, onde são escoltados por policiais militares. As escoltas são realizadas normalmente, para acompanhar os detentos a agências bancárias - para receber algum benefício da previdência -, ou ao cartório para realização de casamento, assinatura de procuração, registro dos filhos, etc.

O elevado número de detentos torna o trabalho do Setor Social, mais especificamente das Assistentes Sociais, extremamente importante e necessário. Mas, por outro lado, torna as

atividades rotineiras, pontuais e assistencialistas. Não há tempo para planejar ações, organizar, ou tentar melhorar as formas de atendimento. De acordo com Iamamoto (1992, p. 41-42), o profissional de Serviço Social

Tende a recusar a atividade assistencial, pelos estigmas que esta, muitas vezes erroneamente identificada com a simples caridade, traz consigo [...]. Apesar do caráter aparentemente *que é mais pontual e imediato* difuso e heterogêneo das tarefas exercidas pelo Assistente Social, este continua a ser necessário na organização social [...]. Na tentativa de explicar o que unifica a demanda do Assistente Social em programas multifacetados, pode-se levantar a seguinte hipótese, que direciona as reflexões que se seguem: o Assistente Social é solicitado não tanto pelo caráter propriamente “técnico-especializado” (grifo do autor) de suas ações, mas, antes e basicamente, pelas funções de cunho “educativo”, “moralizador” e “disciplinador” (grifo do autor) que, mediante um suporte administrativo-burocrático, exerce sobre as classes trabalhadoras, ou, mais precisamente, sobre os segmentos destas que formam a “clientela” (grifo do autor) das instituições que desenvolvem “programas sócio-assistenciais” (grifo do autor). Radicalizando uma característica de todas as demais profissões, o Assistente Social aparece como o profissional da coerção e do consenso [...].

Faleiros (1997, p. 57), complementa afirmando que: “A intervenção profissional tem seus limites pessoais e decorrentes da própria estrutura institucional em que se articulam as estratégias de intervenção”. Tais limites devem, portanto, ser observados e trabalhados no sentido de desenvolver novas técnicas de atuação.

O elevado número da população carcerária faz com que as pastas contendo os Memorandos estejam sempre repletas, os pedidos de atendimento chegam a todo o momento e a necessidade de que tais solicitações sejam atendidas, passam a ser uma questão de segurança. De certa forma, é como se esses atendimentos “acalmassem” os ânimos dos detentos buscando suprir suas necessidades mais emergenciais. Assim, o trabalho acaba gerando um certo “equilíbrio” dentro da Penitenciária onde, detentos mais “tranquilos”

automaticamente vão dar menos trabalho a segurança e a outros setores; detentos mais “calmos” exigem uma segurança também menos violenta, e todos acabam ganhando com isso.

Na busca pela ampliação e consolidação da cidadania, o Serviço Social da Penitenciária possui como uma das estratégias operacionais o manejo dos benefícios assistenciais e trabalhistas, as orientações, esclarecimentos e as informações sobre as normas institucionais, direitos e deveres de seus usuários.

2.4 A Verificação das Perdas e Ganhos e o Universo da Prisão - a trajetória da pesquisa

No decorrer de três meses de estágio na Penitenciária Estadual de Florianópolis, surgiu a inquietação com relação à administração do sistema penitenciário brasileiro, e na tentativa de entender como este sistema contribui para reinserção e/ou marginalização do sentenciado recluso é que surge a proposta inicial desta pesquisa onde buscou-se identificar as reais perdas e/ou os ganhos dos sentenciados que cumprem pena privativa de liberdade, num período pré determinado entre dois e cinco anos de reclusão.

Diante de um tema tão extenso e importante, como o que fora tratado na pesquisa, surge a necessidade de ampliação neste estudo, buscando, com este uma maior compreensão e entendimento sobre o tema pesquisado “perdas e ganhos dos sentenciados”.

A técnica empregada para a obtenção da coleta dos dados utilizou como instrumental, um questionário semi estruturado, conforme Apêndice A. Frente à decisão de utilizar este instrumental cabe citar Roesch (1996), que afirma, “o questionário não é apenas um formulário ou um conjunto de dados que busca mensurar alguma coisa, ele requer esforço intelectual anterior de planejamento, com base na conceituação do problema de pesquisa”. Já para GIL (1999), as perguntas do tipo “fechada” são aquelas que apresentam ao respondente

um conjunto de alternativas de respostas, para que sejam escolhidas a que melhor representa sua situação ou ponto de vista. Assim, por sua vez, para as perguntas abertas, deixa-se “um espaço em branco” para que a pessoa “escreva” sua resposta sem qualquer restrição. E, para dar suporte a análise utilizou-se um referencial pautado em Silva (1996, p. 52).

A entrevista é uma forma de interação social mais especificamente, uma forma de diálogo assimétrico, em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, objetivando obter mais dados que interessem à investigação. É uma das técnicas de coleta de dados mais utilizada no âmbito das ciências sociais.

Ainda reforçando a opção pelo uso deste instrumental, Nogueira (1973, p. 111) afirma que:

A entrevista consiste num interrogatório direto do informante ou pesquisado pelo pesquisador, durante uma conversa face a face. É uma conversa orientada para um objetivo definido que não a mera satisfação que a própria conversa pode produzir. A entrevista é uma situação em que o entrevistador e o entrevistado interagem, se influenciam um ao outro, não apenas através das palavras pronunciadas, mas também pela inflexão da voz, gestos, expressões fisionômicas, modo de olhar, aparência, traços pessoais e manifestações de comportamento.

Uma das maiores vantagens da entrevista é que ela pode ser usada com quase todos os segmentos da população e as pessoas dispostas a cooperar podem fazê-lo apenas falando. Outra, é que numa entrevista existe a possibilidade de se repetir às perguntas, ou apresentá-las de outro modo para que se possa ter certeza de que foram compreendidas.

Todas as ações e técnicas aplicadas foram utilizadas objetivando entender e conhecer as reais condições e situações em que se encontram os sentenciados, para que em cima de

resultados qualitativos obtivéssemos uma maior visibilidade de como se sentem os mesmos, em relação a suas vivências no sistema penal, ressaltando também, quais as reais perdas e ganhos durante sua permanência nesta instituição.

Inicialmente foi realizada uma pesquisa documental para identificar o período em que os sentenciados estavam reclusos, junto ao arquivo de processos do Setor Jurídico da Penitenciária. Neste primeiro momento analisou-se única e exclusivamente a data da prisão para saber quais deles estavam de acordo com o período a ser pesquisado (entre 2 e 5 anos de reclusão).

Não foi possível aqui quantificar o universo pesquisado, pois, tanto a Penitenciária quanto a própria DEAP – Departamento de Administração Penal, não possuem dados relacionados ao número de detentos que ingressaram na Penitenciária durante o período determinado na presente pesquisa – os anos de 1999, 2000, 2001 e 2002. Tal controle, segundo as instituições acima mencionadas, não é possível devido ao “trânsito” de presos – transferidos permanentemente e/ou provisoriamente -, que entram e saem da Penitenciária diariamente.

Foram, portanto, selecionados aleatoriamente 15 (quinze) sentenciados. Estes por sua vez, foram chamados individualmente até o local da entrevista sem saber do que se tratava, e somente após as apresentações foram dadas às explicações sobre os objetivos da pesquisa. Além destes, eram explicadas também que, todas as informações colhidas em relação à identificação pessoal, e outras solicitadas pelo próprio pesquisado seriam mantidas em sigilo absoluto. No final das explicações era questionado aos sujeitos se os mesmos gostariam de participar, respondendo algumas perguntas.

Dos quinze detentos selecionados apenas um deles não quis participar alegando que “não queria falar sobre coisas pessoais”. Achou-se mais sensato não insistir, pois o mesmo tinha todo o direito de não querer participar da pesquisa.

A aplicação da pesquisa gerou, inicialmente, uma preocupação: a de em hipótese alguma “obrigar” ou insistir tentando convencê-los, e muito menos utilizar - em qualquer momento ou de qualquer forma -, nossa posição como pesquisadora ou mesmo como representante do Serviço Social, para persuadi-los a participar da pesquisa. Buscou-se um diferencial dentro do sistema, pois acredita-se que, em concordância com Oliveira (1984, p. 230-231)

pela própria natureza repressiva da prisão, o preso é obrigado a uma obediência sem limites, à rigidez e submissão dos regulamentos, às ordens e contra-ordens, jamais podendo opinar, sugerir, contestar ou sobrepor-se à autoridade administrativa ou ao sistema. [...] É inútil falar-se em ressocialização quando se esbarra nas dificuldades e obstáculos criados pela própria instituição e quando se subtrai do preso o senso da dignidade, responsabilidade e iniciativa.

Como a proposta inicial era de realizar a pesquisa com 15 (quinze) sentenciados, a desistência de um dos selecionados implicou em uma nova convocação.

Cabe mencionar que este foi o único caso de desistência frente à amostra pré-selecionada.

O número desta amostra (quinze), foi pré-determinado de acordo com as grandes dificuldades enfrentadas para se obter um contato com os sentenciados, foco da pesquisa. Tendo em vista que, a realização de qualquer atividade dentro da penitenciária envolvendo os sentenciados, exige uma série de medidas relacionadas a segurança, tais como a convocação de agentes prisionais para deslocamento e vigilância dos sentenciados durante a entrevista,

disponibilidade de uma sala para realização da mesma, sem mencionar a angústia dos próprios sentenciados selecionados (muitos não entendiam, a princípio, o porque de sua convocação).

A população adotada foi composta por sentenciados que cumprem pena no período pré-determinado entre 2 e 5 anos de reclusão, tendo em vista que, após este período na instituição o pesquisado poderia contribuir de forma mais efetiva com suas respostas, ou seja, o sentenciado responde certamente com uma maior experiência vivida, podendo assim visualizar melhor as reais perdas e/ou ganhos obtidos neste período.

Cabe registrar que em relação à população e critérios utilizados para a realização desta pesquisa, torna-se inviável fazer um levantamento do todo quando se tem um grupo numeroso e deseja-se obter informações sobre um ou mais aspectos, assim necessita-se investigar uma parte dessa população ou universo, que, para Gil (1999, p.35), “é um subconjunto definido de elementos que possuem determinadas características”.

Devido ao grande número da população carcerária, viu-se a necessidade de trabalhar com o estabelecimento de uma amostragem, que segundo Gil (1999), [...] consiste na seleção de uma parte representativa que compõe o todo.

A maior dificuldade de se trabalhar com amostragem, é ter que escolher uma parte ou amostra, que conforme define Gil (1999):

[...] é o subconjunto do universo ou população, por meio do qual se estabelecem ou se estimam as características desse universo ou população, e que ela seja a mais representativa possível do todo, cujos resultados obtidos com essa amostragem sejam o mais legítimos e que sejam os mesmos se o todo fosse pesquisado.

Assim sendo, a amostra qualificada utilizada foi composta por 15 sentenciados que cumprem pena na Penitenciária Estadual de Florianópolis.

De acordo com os limites para a realização e efetivação da pesquisa, a amostra teve que seguir este recorte. Porém, apesar das dificuldades e um reduzido número de amostragem, segundo Gil (1999, p. 47) “o pesquisador seleciona os elementos a que tem acesso, admitindo que esses possam, de alguma forma, representar o universo”.

2.5 Procedimentos e Operacionalização da Coleta de Dados

Para a realização da pesquisa com os sentenciados, foi utilizado um questionário semi estruturado, contendo 10 perguntas.

A construção do questionário norteador da entrevista, elaborado mediante as necessidades e características a serem evidenciadas, seguiram alguns critérios, tais como: 6 (seis) perguntas eram fechadas e as outras 4 (quatro) eram abertas, objetivando porém, uma maior amplitude nas respostas.

A efetivação das entrevistas foi realizada em algumas salas utilizadas para atendimento diário, localizada dentro da própria instituição.

Abaixo, no próximo item, serão tabulados e analisados os dados coletados durante as entrevistas realizadas entre os dias 02/02/2004 e 09/02/2004.

2.6 A Verificação das Perdas e Ganhos e o Universo Prisional: apresentação e análise dos dados obtidos na pesquisa

A partir dos resultados obtidos, serão realizadas as análises dos dados, para que em um próximo momento, seja possível elaborar as considerações finais da pesquisadora, que por um período pré-determinado, participou da aplicação deste estudo. E para finalizar este trabalho,

serão apresentadas sugestões e propostas frente a esta temática, que poderá, futuramente ser utilizada pela própria Instituição foco da pesquisa – Penitenciária Estadual de Florianópolis.

Após a obtenção destes dados e informações, permitiu-se a construção de uma fundamentação teórica, adequada as exigências do trabalho.

Os dados obtidos com as entrevistas foram tabulados neste trabalho da seguinte forma: Primeiro foram trabalhados os questionamentos de ordem de identificação pessoal (idade, local de origem, escolaridade, religião, estado civil e vínculos familiares); a outra parte dos questionamentos estão voltados às questões de ordem jurídica, dentre estas, se o sujeito é reincidente, tempo de reclusão e em quais artigos está enquadrado. O último tópico abordado nas entrevistas, forma numa ordem bastante pessoal, o verdadeiro entendimento destes, frente suas situações e vivências na instituição. Para melhor interpretá-las, trabalhou-se com os seguintes questionamentos: Descrição das rotinas na penitenciária; o que você considera como maiores perdas e ganhos durante o período de reclusão; e o que para estes são as maiores falhas do sistema no qual estão inseridos.

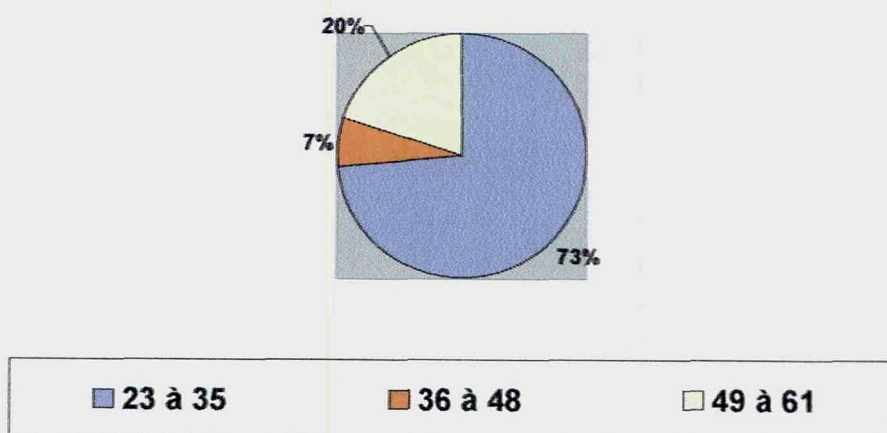
Abaixo demonstraremos estes questionamentos através de gráficos fazendo sempre a relação com as teorias pertinentes e observações obtidas com esta prática.

2.7 Dados de Identificação Pessoal

Pretende-se neste item, conhecer e elaborar um estudo sócio econômico da população pesquisada, apontando, através dos questionamentos, como informações mais relevantes, a faixa etária dos sentenciados, local de origem, religião, estado civil e vínculos familiares.

Abaixo os gráficos referentes a estes pontos:

Gráfico 1
IDADE DOS SENTENCIADOS

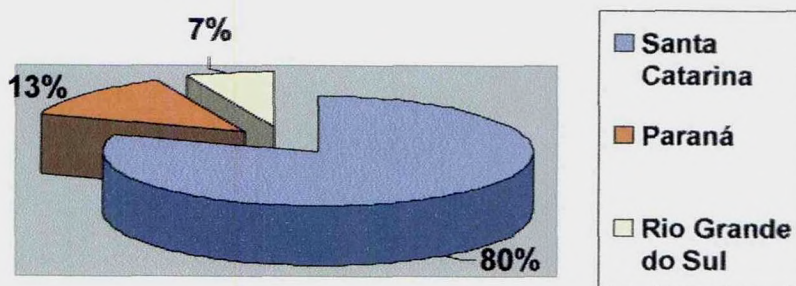


Com relação à idade dos sentenciados pesquisados, observamos no gráfico 1, que esta varia entre 23 e 61 anos. Verificamos que, dos 15 (quinze) sentenciados entrevistados, 11 (onze) sentenciados têm idade entre 23 e 35 anos; apenas 1 (um) tem entre 36 e 48 anos; e 2 (dois) tem idade entre 49 e 61 anos.

Constatamos que a maioria da população carcerária é formada por uma população bastante jovem, resultado de uma sociedade descomprometida, que não lhes oferece condições de vida digna, oportunidade de emprego e educação. Uma juventude sem perspectivas que, na maioria das vezes, por falta de opção acaba entrando para a “vida criminosa”.

Gráfico 2

LOCAL DE ORIGEM DOS SENTENCIADOS



Sobre este tópico, vale a pena registrar que a população pesquisada é em sua maioria (80%) oriunda do Estado de Santa Catarina, dos mais diversos municípios: 2 deles vem de Joinville, 1 de Blumenau, 1 de Lages, 1 de Itajaí, 1 de Balneário Camboriú, 1 de Monte Castelo, 1 de São Francisco do Sul, 1 de Bom Retiro, 2 de Florianópolis e 1 de São José. Já do Estado do Paraná, um dos sujeitos é proveniente da Cidade de Londrina e o outro de Curitiba, correspondendo ao total de 13%; e do Estado do Rio Grande do Sul, é originário da Cidade de Erechim, correspondendo a 7% da população entrevistada.

Sobre as localidades, torna-se relevante registrar que estas são suas Cidades/loais de nascimento, não estando vinculadas, porém com a Cidade na qual cometeram o delito.

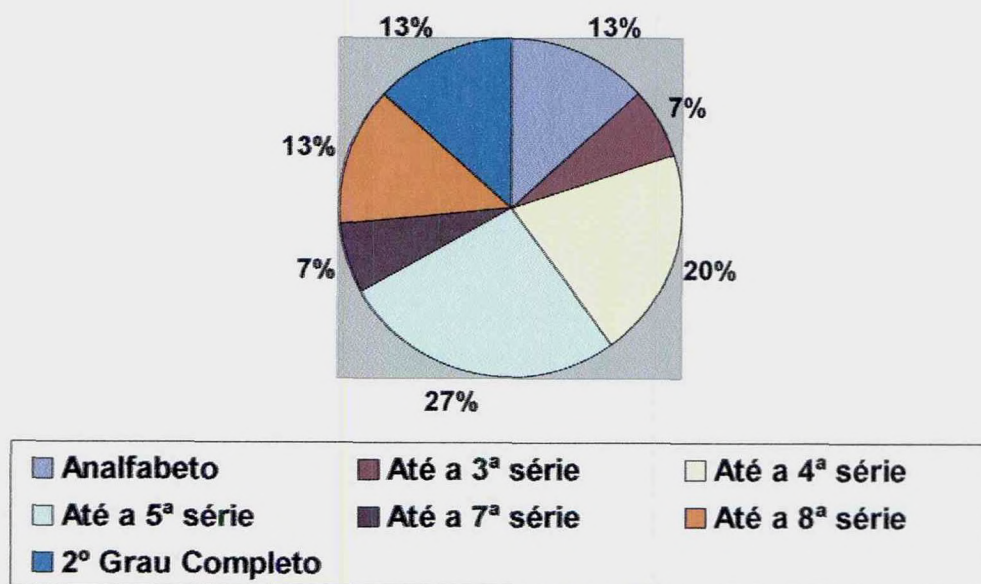
De acordo com os relatos durante as entrevistas, alguns dos sentenciados cometeram delitos no Município de Florianópolis ou mesmo em Municípios vizinhos; outros foram trazidos para esta Penitenciária por falta de espaço ou de locais apropriados em suas Cidades;

e alguns casos estão relacionados ao mau comportamento dos indivíduos nos estabelecimentos penais - envolvimento em tumultos e rebeliões -, e a segurança – brigas, rixas antigas, ameaças de morte, crimes não “aceitos” entre os próprios detentos -, do detento e da instituição que, ao ser colocada em risco, faz com que sejam transferidos para manutenção de sua integridade física e manutenção da ordem institucional.

Além dos Estados e Municípios citados na pesquisa, a Penitenciária abriga ainda sentenciados de outros Municípios, Estados e até países, a exemplo Argentina e Angola, entre outros.

Gráfico 3

NÍVEL DE ESCOLARIDADE DOS SENTENCIADOS



Constatamos que, a grande maioria dos entrevistados apresenta um nível de escolaridade relativamente baixo, porém dentro da média nacional. Segundo dados do IBGE – Instituto Brasileiro de geografia e Estatística e CENSO Demográfico de 2000, 65 milhões de jovens e adultos não concluíram o ensino básico. Desses, 30 milhões não freqüentaram nem os quatro primeiros anos escolares.

Dentre os 13% considerados analfabetos, o que corresponde a 2 detentos, 1 deles chegou a completar a 1ª série do ensino fundamental, mas alega não saber nem ler nem escrever; o outro afirma nunca ter entrado em uma sala de aula, diz conhecer algumas letras, mas não sabe ler nem escrever.

A grande maioria 27%, que corresponde a 4 detentos, estudou até a 5ª série do ensino fundamental; 20% o que corresponde a 3 detentos estudaram até a 4ª série; e outros 7% , apenas 1 sentenciado concluiu até a 3ª série do ensino fundamental alegando que, as dificuldades da época - entre elas a distância para chegar até a escola -, fizeram com que o mesmo abandonasse os estudos - O.S. (2004) residia na área rural e a escola ficava à 11 Km de distância de sua residência.

Alguns estudos do Banco Mundial evidenciam a presença de graves problemas de abandono, de repetência e de qualidade da educação nos estabelecimentos de ensino primário e médio.

Com relação à desistência/abandono escolar, alguns sentenciados argumentam que a maior causa de seu afastamento da escola, está relacionado, na maioria das vezes, com a necessidade que tiveram de trabalhar desde muito cedo para ajudar no sustento da família.

Conforme este indicador, cabe citar alguns autores, que em seus escritos apontam essas dificuldades escolares como consequência do trabalho precoce, por produzir danos, que podem ser físicos, psíquicos, sociais e morais e os efeitos mais visíveis do mesmo estão na área da saúde física e, conseqüentemente, na baixa escolaridade.

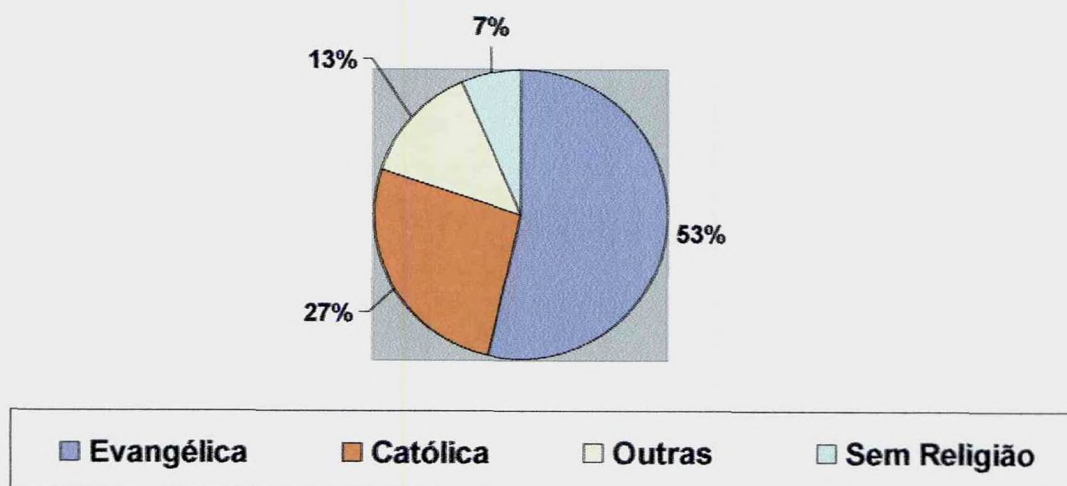
Para reforçar esta teoria, reporta-se a Oris (1994 p. 20), quando este afirma que:

O trabalho é um direito, nunca, porém, antes da idade mínima, fixada pelo próprio direito exatamente para prevenção de outros valores: desenvolvimento físico, psíquico, moral e social, a pré-escolaridade, o folguedo, o brincar, enfim, o valor “ser criança e adolescente”. Valores que não podem ser privilégios de alguns.

Apresentando um índice de 7%, apenas 1 sentenciado estudou até a 7ª série do ensino médio; e outros 2, o que corresponde a 13% dos sentenciados concluíram a 8ª série.

Dentre o universo pesquisado o índice de pessoas que completaram o segundo grau (13%), foi de apenas 2 sentenciados, entre os 15 pesquisados. Vale citar que entre eles, J.C.X. (2004), foi aprovado no Vestibular/2004 da Universidade Federal de Santa Catarina, para o Curso de Letras-Português. Sua vaga na Universidade está garantida, porém, como o sentenciado hoje cumpre pena em regime fechado, terá que aguardar até o próximo ano quando então terá direito a progressão de regime (semi aberto), conquistando assim, permissão para freqüentar as aulas.

Gráfico 4
RELIGIÃO DOS SENTENCIADOS



A grande maioria 53%, o que corresponde a 8 sentenciados, pertence a religião evangélica; outros 4 sentenciados (27%) pertencem a religião católica; e os demais (20%) não possuem religião e outras não mencionadas.

De acordo com o gráfico acima apresentado e os dados relatados pelos pesquisados, viu-se que, a religião, de uma forma geral, possui influência significativa na vida e na rotina dos sentenciados. A maior parte dos sentenciados descobriu, ou mesmo, adotou uma crença religiosa na prisão. Com relação à Penitenciária Estadual de Florianópolis, os representantes de todas as religiões se fazem sempre presentes, principalmente os representantes das Igrejas Evangélicas que além das constantes visitas aos detentos e ajuda com uma série de “doações” (material de higiene, material para artesanato, roupas, etc), ajudam também aos seus familiares.

Pautados nesta argumentação surge a necessidade de caracterizar o verdadeiro significado do termo religião:

O conceito de religião inclui três elementos: crença em níveis de existência superiores à vida material e terrestre; convicção de que nesses níveis superiores se encontram a causa e o sentido da vida; regulamentação da vida pessoal e coletiva e organização de atos específicos com o objetivo de conhecer o mundo superior e obter dele algum benefício - material, espiritual ou ambos.

A religião é um fenômeno presente em todas as culturas e civilizações. As diferenças entre as várias religiões derivam da maneira como cada uma idealiza o mundo superior e as relações entre ele e os homens.

Contraditoriamente aos dados obtidos com a pesquisa, cabe apontar que, no Brasil, o percentual de católicos corresponde a 38,6%, as pessoas sem religião atingem o segundo lugar com 19,2%, e a religião Evangélica chega a alcançar o percentual de 15,8%⁷.

Cabe ressaltar também, que a religião, independente de sua vertente, está regulamentada pela Lei de Execuções Penais como um direito dos sentenciados. Abaixo citaremos tal regulamentação que em seu Artigo 24 prevê:

A assistência religiosa, com liberdade de culto, será prestada aos presos e aos internados, permitindo-se-lhes a participação nos serviços organizados no estabelecimento penal, bem como a posse de livros de instrução religiosa.

§ 1º - No estabelecimento haverá local apropriado para os cultos religiosos.

§ 2º - Nenhum preso ou internado poderá ser obrigado a participar de atividade religiosa.

⁷ Disponível em <http://www.abbra.eng.br/religioes.htm>. Acesso em 14 jun. 2004.

Gráfico 5

ESTADO CIVIL DOS SENTENCIADOS

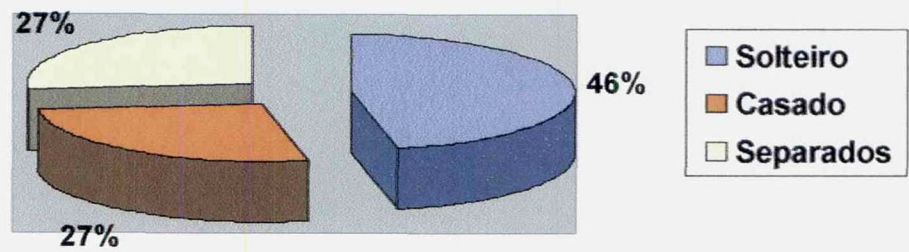
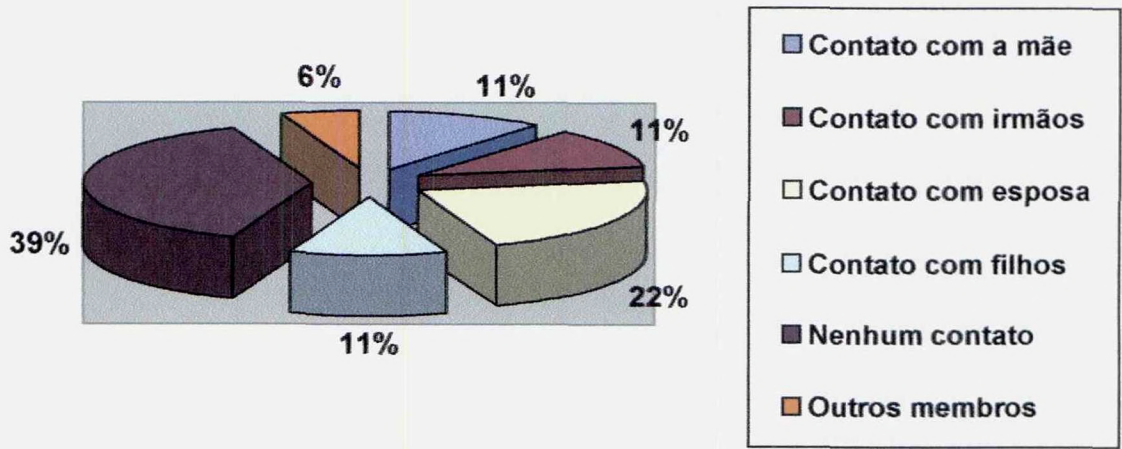


Gráfico 6

VÍNCULOS FAMILIARES DOS SENTENCIADOS



De acordo com o gráfico 5, com relação ao estado civil dos entrevistados, verifica-se que a grande maioria (46%) são solteiros, num total de 7 sentenciados; 27%, ou seja, 4 sentenciados são casados – considerando-se as uniões estáveis -; e os outros 27% são separados.

Já com relação aos vínculos familiares, a maioria dos pesquisados (39%) não tem contato com nenhum membro da família, conseqüentemente não recebem visitas. Outros 22%, que correspondem a 4 sentenciados, tem contato com as esposas constantemente; 11% (dois sentenciados) tem contato com os filhos, irmãos e/ou com a mãe; e 6% (apenas um sentenciado) tem contato com outros membros familiares – no caso específico, com uma sobrinha.

Atualmente, as únicas formas possíveis de contato entre os sentenciados e seus familiares é através de visitas ou cartas. As visitas são ou podem ser realizadas apenas uma vez na semana, num dos períodos - manhã ou tarde.

Como mencionado anteriormente, com relação ao local de origem, a maioria dos sentenciados pesquisados pertence a outros municípios ou Estados, o que dificulta a realização de visitas por parte de seus familiares, pois nem todos dispõem de condições financeiras para o deslocamento até Florianópolis e para sua manutenção – despesas com alojamento e alimentação.

De acordo com Oliveira (1984, p. 209), a visita é também:

Um dos fatores mais importantes para o preso recolhido em instituições fechadas, principalmente para que não ocorra nessas instituições um rompimento total do interno com os seus filhos, esposa ou companheira, pais, irmãos, amigos e, assim, não se registre a destruição dos contatos com o mundo exterior e laços familiares, de forma irrecuperável.

Na maioria das vezes, o vínculo com os familiares expressa a única forma de contato entre os sentenciados e o “mundo externo”. É através da família que os indivíduos sentem-se parte “integrante” da sociedade, não totalmente excluídos.

Sem nenhuma exceção - mesmo para os que não mantêm mais contato com os familiares -, os sentenciados referem-se à família como instituição de extrema importância em suas vidas. Tal consideração pela família traduz-se muitas vezes como o único motivo que os leva a desejar sair da instituição e buscar outras formas de sobrevivência, longe da criminalidade. Referem-se à família sempre intencionando sair da penitenciária para “cuidar dos familiares”.

Desta forma, de acordo com Pereira (2003, p. 67), “o relacionamento do sentenciado com sua família é fundamental para sua reeducação. Sem lar e sem família, a possibilidade de retornar ao crime torna-se muito maior”.

Gráfico 7
REINCIDÊNCIA

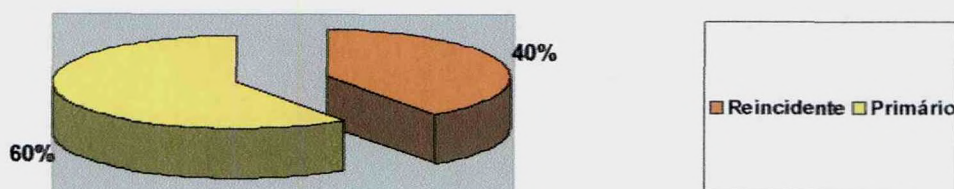
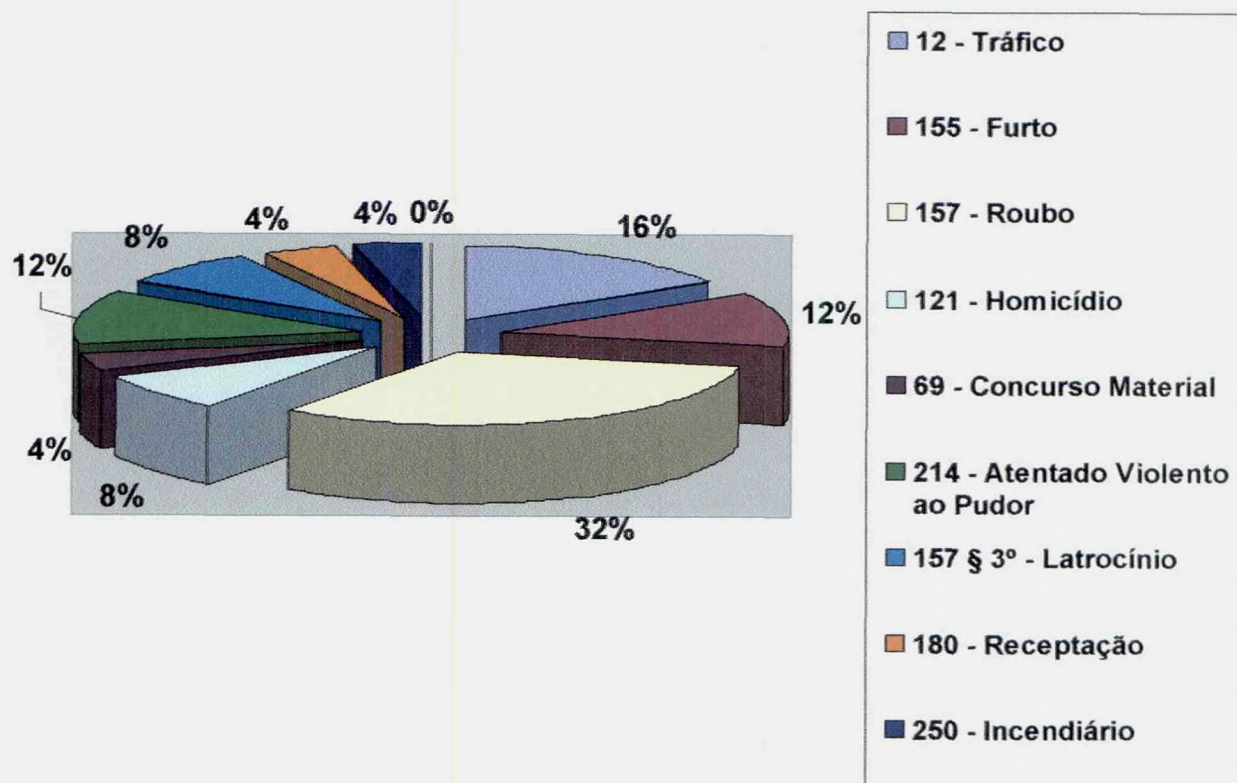


Gráfico 8

ARTIGOS DOS DELITOS COMETIDOS PELOS SENTENCIADOS



De acordo com o gráfico 7 acima, com relação ao índice de reincidência dos sentenciados, novamente contrariando os dados estatísticos nacionais – conforme já mencionado anteriormente, o índice de reincidência no Brasil é de cerca de 70% -, verificamos que, entre os entrevistados 40%, o que corresponde ao total de 6 entrevistados são reincidentes. O restante (60%), 9 sentenciados são réus primários, ou seja, estão cumprindo pena pela primeira vez.

A grave questão da reincidência com seus índices absurdos apresenta-se como verdadeiro atestado da incompetência de um sistema que nunca funcionou, e cuja tendência é de agravar-se ainda mais, pois, de acordo com Oliveira (1984 p. 227,228): “[...] a prisão fabrica o reincidente. O preso primário de hoje será o reincidente de amanhã, fechando-se o círculo irreversível da prisão, que tem como consequência o custo do delinquente em si e a delinquência que produz.”

Vale registrar também que, dos 6 sentenciados reincidentes, 4 deles estão presos pela 2ª vez, sendo que 2 reincidiram no mesmo artigo (12 – tráfico e 155 – furto), repetindo assim o mesmo delito da 1ª reclusão; e dois reincidiram em artigos/delitos diferentes, entre eles 155 – furto, 157 – roubo, 121 – homicídio e 69 – concurso material ou concurso de crimes⁸. Outros 2 sentenciados cumprem pena pela 3ª vez, enquadrados também em artigos/delitos diferentes: 157 – assalto, 214 – atentado violento ao pudor e 157 § 3º- Latrocínio⁹.

Já entre os sentenciados (9) presos pela primeira vez os crimes praticados foram: 157 – Roubo, 12 – Tráfico, 121 – Homicídio, 214 – Atentado Violento ao Pudor, 180 – Receptação, 157 § 3º Latrocínio e 250 – Incendiário.

Lembramos que, dos 15 sentenciados entrevistados apenas 7 estão enquadrados em apenas um Artigo. Os outros 8 sentenciados cometeram mais de um delito e atualmente cumprem pena condenados por diversos crimes, enquadrados, portanto, em mais de um Artigo.

Durante as entrevistas, quando questionados sobre seu(s) delito(s), todos os entrevistados, sem exceção, mencionaram o artigo e o crime cometido. Nenhum deles mentiu

⁸ Concurso material – quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, aplicam-se cumulativamente as penas privativas de liberdade em que haja ocorrido. No caso de aplicação cumulativa de penas de reclusão e de detenção, executa-se primeiro aquela.

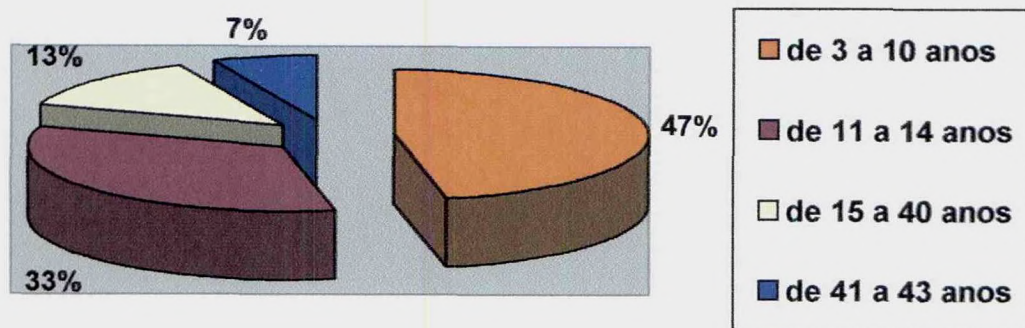
⁹ Roubo seguido de morte.

ou mesmo negou o motivo pelo qual está preso. Nos casos mais chocantes apenas não quiseram relatar ou falar sobre o assunto.

Outra consideração a fazer, diz respeito à questão das “influências” para o crime. A grande maioria dos entrevistados assume a responsabilidade por seus atos, afirmam que entraram no crime por opção e não por influência de outras pessoas.

Gráfico 9

TEMPO DE CONDENAÇÃO DOS SENTENCIADOS



Com relação ao tempo de condenação, a grande maioria dos sentenciados (47%), ou seja, 7 entrevistados foram condenados ao período que compreende 3 e 10 anos de reclusão; 5 sentenciados (33%) foram condenados a penas entre 11 e 14 anos de reclusão; 2 dos entrevistados (13%) condenados a penas que variam entre 15 e 40 anos de reclusão; e 1 sentenciado (7%) condenado a uma pena de 43 anos de reclusão.

De acordo com o Artigo 59 do Código Penal, a fixação da pena será determinada pelo juiz, que:

Atendendo à culpabilidade, aos antecedentes, à conduta social, à personalidade do agente, aos motivos, às circunstâncias e consequências do crime, bem como ao comportamento da vítima, estabelecerá, conforme seja necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime:

I – as penas aplicáveis dentre as cominadas;

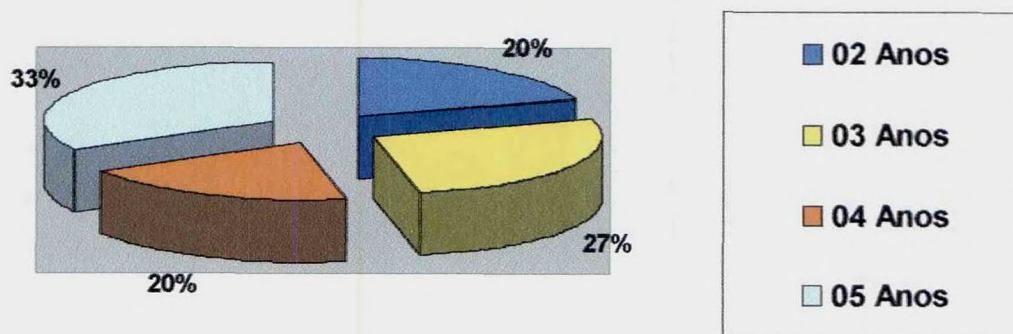
II – a quantidade de pena aplicável, dentro dos limites previstos;

III – o regime inicial de cumprimento da pena privativa de liberdade;

IV – a substituição da pena privativa da liberdade aplicada, por outra espécie de pena, se cabível. (Comentários ao Código Penal)

Entre os entrevistados, 3 deles tiveram suas penas fixadas entre 15 e 43 anos de reclusão. Porém, lembramos que, de acordo com o Código Penal Brasileiro, em seu Artigo 75 que trata sobre o Limite das Penas, fica estabelecido que o tempo de cumprimento das penas privativas de liberdade não pode ser superior a 30 (trinta) anos de reclusão. Ou seja, o sujeito poderá então ser condenado em um ou mais processos a um tempo superior, mas sua pena não poderá exceder aos 30 (trinta) anos.

Gráfico 10

TEMPO DE PENA JÁ CUMPRIDA PELOS SENTENCIADOS

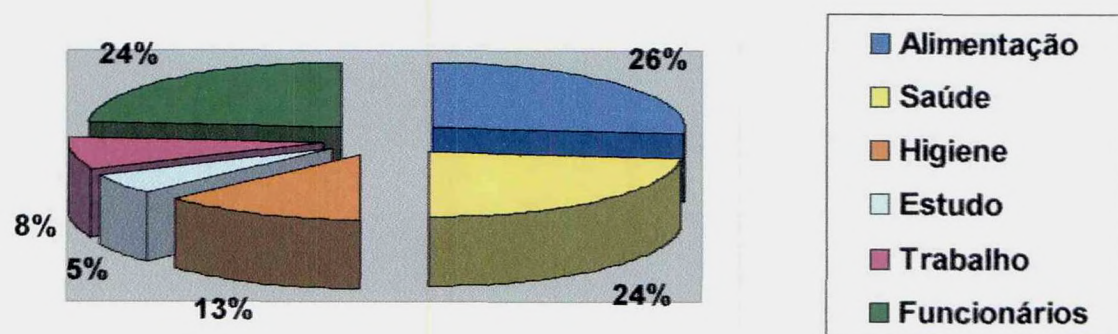
A presente pesquisa estabeleceu como critério de investigação, a entrevista com sentenciados que cumprem pena privativa de liberdade no período compreendido entre 2 e 5 anos de reclusão. De acordo com a ilustração acima, observamos que, com relação aos pesquisados, 3 deles (20%) estão presos a 2 anos; 27%, o que corresponde a 4 detentos já cumpriram 3 anos; outros 3 detentos (20%) cumpriram 4 anos; e os demais 33%, correspondendo a 5 detentos cumpriram 5 anos de reclusão.

Mesmo sabendo qual o tempo de condenação e o tempo de pena já cumprida pelos sentenciados pesquisados, torna-se difícil estabelecer com precisão o tempo que ainda falta para cumprir, pois, entre os entrevistados alguns aguardavam o resultado de outras condenações, o resultado dos pedidos de revisão de pena, além de ser estabelecido pelo direito uma série de cálculos e análises, que envolvem: tempo de pena já cumprido, comportamento, remissão, entre outros, passíveis de alteração – aumento ou diminuição da pena -, e/ou progressão de regime.

Vale comentar que todos os sentenciados pesquisados sabem, com exatidão todos esses “cálculos” e quais são os seus direitos. Porém, para os fins da pesquisa, não foram considerados relevantes esses dados, não havendo tempo suficiente para aguardar tais resultados.

Gráfico 11

PRINCIPAIS FALHAS DO SISTEMA



O gráfico acima tem como base a análise dos sentenciados sobre as principais falhas do sistema, mais precisamente, falhas da Penitenciária Estadual de Florianópolis, tendo em vista que alguns dos entrevistados já estiveram reclusos em outros estabelecimentos penais, fazendo assim, também, uma crítica comparativa.

Alguns entrevistados apontam mais de um problema, outros se limitam a citar apenas o que consideram extremamente grave ou o que os atinge mais diretamente.

Entre os entrevistados, 10 sentenciados (26%) reclamam da alimentação, utilizando muitas vezes o termo “lixo” para expressar sua indignação. A maioria, afirma que os alimentos

são de boa qualidade, e que o problema está na forma como os mesmos são preparados: “A comida é um lixo, muito mal preparada” (J.C.S., 2004).

Com relação à saúde, considerando os atendimentos médico e odontológico, 09 sentenciados (24%) apontam como principais falhas: a qualidade, a demora e a forma, o descaso como são realizados os atendimentos em ambos os setores; bem como a demora e a dificuldade para conseguir medicamentos de extrema necessidade, entre eles o coquetel - medicamento que deve ser utilizado diariamente pelos portadores de HIV. Entre os entrevistados, 3 deles relataram ser portadores do vírus HIV.

Alguns sentenciados indignados com a falta de atendimento médico e de medicamentos, exaltados desabafaram: “Eles perturbam, eles fazem questão de nos massacrar” (J.C.M., 2004).

Outros sentenciados, de maneira bastante direta, afirmam: “O setor de saúde aqui é muito deficiente” (C.E.J.S., 2004); “A saúde não tem atendimento adequado” (A.C., 2004).

Também com relação aos funcionários - mais especificamente os agentes responsáveis pela segurança interna da Penitenciária -, 9 entrevistados (24%), consideram como grande problema a forma como são tratados pelos mesmos: “Tratam a gente mal, os agentes estão sempre provocando, encarando, procurando arrumar confusão, querem motivo pra botar de castigo. Eles não te deixam tranquilo, é muita pressão” (J.C.S., 2004); “Existem várias falhas, maus tratos, nossa palavra não vale nada aqui dentro” (C.O., 2004).

A questão da higiene também foi mencionada como problema por 5 sentenciados (13%). Devemos considerar que, a Penitenciária, por suas instalações antigas e sombrias, apresenta um aspecto de “sujeira”, por mais que se tente manter a limpeza. O local é pouco arejado e o sol atinge apenas a parte externa da instituição, prevalecendo na parte interna a umidade e um desagradável odor.

Outro ponto a ser considerado, é o número elevado de indivíduos concentrados no mesmo ambiente, cada um com sua concepção própria de higiene e limpeza, consigo mesmo e com o ambiente; os “cheiros se misturam”; os cubículos/celas são pequenas e praticamente sem ventilação.

Diante do exposto, torna-se praticamente impossível manter as condições mínimas e saudáveis de higiene e limpeza.

O trabalho, ou melhor, a falta de trabalho na penitenciária é também considerada como um grave problema por 3 sentenciados entrevistados (8%). Conforme já mencionado, o número de oficinas em funcionamento não é suficiente para todos os que desejam trabalhar. A decisão de liberação ou não dos detentos para o trabalho na Penitenciária cabe ao chefe de segurança. É ele quem analisa e determina quem pode, e onde trabalhar. Neste caso são consideradas as condições do próprio detento, como grau de periculosidade, comportamento e saúde pessoal.

O trabalho dentro das penitenciárias é sem dúvida uma atividade de extrema importância e necessidade, pois, de acordo com Oliveira (1984, pg 157):

Atualmente o trabalho prisional visa não só manter o preso ocupado, evitando o ócio, mas uma espécie de terapia ocupacional, sendo, também, considerado como uma fonte geradora de riqueza que diminui os custos operacionais do sistema penitenciário, preparando o recluso para o retorno à sociedade.

A Penitenciária Estadual de Florianópolis apresenta dificuldades em dar cumprimento a Lei, pois, o trabalho penitenciário no Brasil é obrigatório, estando disciplinado no Código Penal, que determina:

Art. 29, § 1º - o sentenciado fica sujeito ao trabalho, que deve ser remunerado e ao isolamento, durante o repouso noturno.

Art. 30, § 3º - o trabalho do recluso será remunerado, aplicando-se seu produto:

- a) Na indenização dos danos causados pelo crime, desde que determinados judicialmente e não reparados por outros meios;
- b) Na assistência à família, segundo a lei civil;
- c) Em pequenas despesas pessoais;
- d) Ressalvadas outras aplicações legais, em depósito da parte restante, para constituição de pecúlio, em caderneta de poupança da Caixa Econômica Federal, a qual lhe será entregue no ato de ser posto em liberdade.

A Lei de Execuções Penais também determina:

Art. 28 - O trabalho do condenado, como dever social e condição de dignidade humana, terá finalidade educativa e produtiva.

§ 1º - Aplicam-se à organização e aos métodos de trabalho as precauções relativas à segurança e à higiene.

§ 2º - O trabalho do preso não está sujeito ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 29 - O trabalho do preso será remunerado, mediante prévia tabela, não podendo ser inferior a três quartos do salário mínimo.

§ 1º - O produto da remuneração pelo trabalho deverá atender:

- a) à indenização dos danos causados pelo crime, desde que determinados judicialmente e não reparados por outros meios;
- b) à assistência à família;
- c) a pequenas despesas pessoais;
- d) ao ressarcimento ao Estado das despesas realizadas com a manutenção do condenado, em proporção a ser fixada e sem prejuízo da destinação prevista nas letras anteriores.

A questão da educação, o direito ao estudo, também foi apontado como falho na Penitenciária por 1 dos sentenciados (5%). A penitenciária disponibiliza cursos de alfabetização e supletivo de 1º e 2º grau, num projeto que conta com a participação de professores da Secretaria Estadual de Educação.

A educação figura hoje, também, como direito dos sentenciados, e de acordo com a Lei de Execuções Penais:

Art. 17 - A assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado.

Art. 18 - O ensino de primeiro grau será obrigatório, integrando-se no sistema escolar da unidade federativa.

Art. 19 - O ensino profissional será ministrado em nível de iniciação ou de aperfeiçoamento técnico.

Art. 20 - As atividades educacionais podem ser objeto de convênio com entidades públicas ou particulares, que instalem escolas ou ofereçam cursos especializados.

Art. 21 - Em atendimento às condições locais, dotar-se-á cada estabelecimento de uma biblioteca, para uso de todas as categorias de reclusos, provida de livros instrutivos, recreativos e didáticos.

Porém, de acordo com informações da Coordenadoria de Educação da Penitenciária, atualmente, esse trabalho está restrito apenas aos sentenciados do regime semi-aberto ou aos que trabalham na cozinha. Os demais estão apenas recebendo as apostilas para que realizem seus estudos individualmente sem nenhum acompanhamento ou orientação profissional.

Ainda segundo a Coordenadoria de Educação, existem hoje na Penitenciária, (cumprindo pena no regime fechado), 88 (oitenta e oito) sentenciados inscritos para iniciar ou mesmo concluir o ensino fundamental, e mais 33 (trinta e três) inscritos para iniciar ou dar continuidade ao ensino médio. Porém, não estão tendo acesso à educação por falta de recursos humanos: não há número suficiente de Agentes Prisionais para executar a tarefa de “acompanhamento” do sentenciado, ou seja, retirá-lo da cela para que possa assistir às aulas, e depois escoltá-lo novamente.

Existem hoje professores suficientes para executar o trabalho (14 profissionais), uma grande demanda – muitos presos querem estudar –; mas, o sistema não proporciona condições para que as atividades possam ser realizadas.

Essas questões foram apontadas como as mais problemáticas da Penitenciária Estadual de Florianópolis. E por mais simples que possam parecer, quando nos referimos a esse tipo de Instituição - verdadeiros “barris de pólvora” -, tornam-se extremamente graves, consideradas as proporções do sistema e principalmente o número de indivíduos lá estabelecidos.

2.8 As Perdas e Os Ganhos

Dar significado aos termos Perda e Ganho, não é uma tarefa fácil. Ela requer uma série de ponderações, principalmente quando relacionadas a uma Instituição Prisional, envolvendo, portanto, elementos complexos e uma série de contradições. Além disso, não se pode desconsiderar que cada pessoa tem uma história particular, vive em um contexto específico e tem diversas características que o diferencia dos demais e o torna único. Desta forma, cada um pode atribuir diferentes significados ao que ocorre em sua vida, sendo que o que será considerado perda ou ganho dependerá de tal atribuição.

Certamente, deve-se considerar, antes de mais nada, a possibilidade de que podemos perder ou ganhar coisas palpáveis, reais, materiais e até mesmo pessoas; pessoas que amamos, das quais necessitamos estar perto. Comumente, atribuímos ganho a coisas boas, sentimentos bons; e perda a coisas ruins. Tal atribuição pode ser perfeitamente aceita neste caso, quando estamos relacionando os ganhos e as perdas ao cumprimento de penas privativas de liberdade. Neste caso, as perdas serão com certeza muitas e inevitáveis, e os ganhos, poucos, quase inexpressivos.

Não é possível falar ou pensar em Perda e Ganho sem que se faça uma relação dessas questões com a subjetividade e com os sentimentos dos indivíduos, especificamente, dos sentenciados.

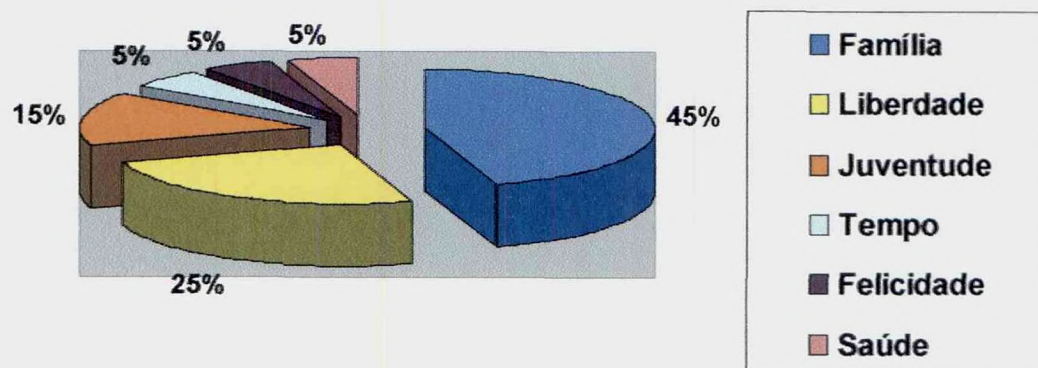
O significado de perda e ganho como expressão de sentimentos toma proporções muito maiores, impossível de mensurar. Os sentimentos de perda, a sensação de ganho, seriam, portanto, “inexplicáveis”; simplesmente você sente, você domina ou é dominado por ele. Pode-se determinar, dar nome ao que se perdeu ou ganhou, como por exemplo, a liberdade. Mas, não se pode explicar de que forma, nem mesmo calcular qual a sua intensidade, qual a sua proporção no íntimo, no psíquico do ser humano.

O sentimento de perda se traduz em dor, sofrimento, um peso desmedido, cruel e sufocante; a sensação de ganho exprime satisfação, conquista, exaltação e leveza. Pode-se concluir assim, interpretadas as expressões e analisadas as atitudes de cada um dos entrevistados durante a aplicação da pesquisa.

Obviamente os resultados da pesquisa não foram surpreendentes, pois o contexto social no qual eles se constituem – o cotidiano da prisão no Brasil -, é hoje amplamente conhecido com todos os seus traços deletérios já apresentados antes. Mas, há uma distinção questionável: supor e viver o que acontece, dialogar com esses indivíduos, dentro de uma instituição prisional, e poder ouvi-los, tê-los à frente para relatar tais fatos, transformou-se numa experiência riquíssima e com certeza inesquecível.

Para uma melhor apresentação e compreensão dos índices, seguem gráficos com os resultados do questionamento sobre perdas e ganhos, seguidas de algumas explicações e algumas expressões utilizadas pelos entrevistados - que, durante toda a entrevista, puderam manifestar-se com total “liberdade”.

Gráfico 12
AS PERDAS



De acordo com o gráfico acima, percebe-se claramente que, a grande maioria dos entrevistados, 12 sentenciados (45%), considera como maior perda, o vínculo familiar. A família a que se referem, está representada principalmente pela figura das esposas, filhos, mães e irmãos. A figura paterna só foi mencionada quando o mesmo já havia falecido, em outras ocasiões nenhum dos entrevistados fez referência ao pai.

Constata-se mais uma vez, através desse índice, a importância da família na vida dos sentenciados, que, reclusos, expressam sua preocupação com o sofrimento e as dificuldades enfrentadas pelos familiares “lá fora”.

Costumam referir-se aos membros da família - com quem ainda mantém contato, e que apesar do tempo em que estão presos e das dificuldades, ainda lhes fazem visitas -, utilizando um linguajar bastante próprio. A exemplo, “J”, preso a 5 anos, com um filho de 7, recebe visitas regulares da companheira, afirma, por esse motivo, que a companheira está cumprindo

a pena com ele: “minha mulher paga a cadeia comigo”. Fala com orgulho do filho (G) e também sofre ao dizer: “hoje meu filho entende o que é a cadeia e tem vergonha de dizer onde o pai dele tá. Ele não gosta de vim aqui me visitar” J.A.D.O. (2004).

Ainda com relação à família, “J”, diz ter perdido toda a história de vida do seu filho (G): “meu filho não sei quem ele é, não acompanhei nada” J.A.D.O. (2004). Afirma que quando sair, tudo o que mais quer é ficar junto da família.

O caso de J.C.S., preso pela 2ª vez (já cumpriu 2 anos), é ainda mais sério. Além de sofrer por estar longe da família (casado pela 2ª vez, é pai 7 filhos), tanto o pai quanto a mãe faleceram durante o tempo em que esteve/está preso. Neste caso, pode-se considerar esta como sendo uma perda irrecuperável. Uma perda que “J” atribui ao sofrimento que seus pais viveram por saber que ele estava na prisão.

De acordo com Goffman (1974, p.25), as perdas podem não estar limitadas ao tempo e espaço da instituição, podendo ir além:

[...] embora alguns dos papéis possam ser restabelecidos pelo interno, se e quando ele voltar para o mundo, é claro que outras perdas são irrecuperáveis e podem ser dolorosamente sentidas como tais. Pode não ser possível recuperar, em fase posterior do ciclo vital, o tempo não empregado no processo educacional ou profissional, no namoro, na criação dos filhos. Um aspecto legal dessa perda permanente pode ser encontrado no conceito de “morte civil”: os presos podem enfrentar, não apenas uma perda temporária dos direitos de dispor do dinheiro e assinar cheques, opor-se a processos de divórcio ou adoção, e votar, mas ainda podem ter alguns desses direitos permanentemente negados.

O entrevistado “O”, pai de 11 filhos (8 do primeiro casamento e 3 do segundo), mesmo recebendo constantemente a visita de todos os filhos e da esposa, sofre com a distância da família e afirma: “dói ver o sofrimento da minha família” O.S. (2004).

Já “C”, pai de 2 filhos (“R” com 9 anos e “F” com 5 anos) com esposas diferentes, não tem idéia de onde estão suas ex-companheiras: a mãe de “F” foi embora com ele, mas “R” está em uma instituição e não quer vê-lo na prisão; já fez uma visita mais ficou muito abalado com a prisão. Sua mãe está presa em Porto Alegre por tráfico de drogas. Não recebe visitas; não tem contato com outros familiares somente com a mãe, através de cartas; e só recebe notícias de “R” através da Assistente Social da Penitenciária, que liga periodicamente para a instituição onde o garoto está internado, para saber como ele está. O entrevistado afirma: “quero sair pra cuidar da minha família: minha mãe e meus filhos. Aqui dentro só tive prejuízo, não tive ganho nenhum” C.E.J.S. (2004).

A perda da liberdade é considerada como sendo a maior de todas as perdas, por 5 dos entrevistados (25%). A simples idéia de ter perdido a liberdade, é algo que aterroriza, principalmente depois de tê-la “conhecido”, de tê-la “experimentado”.

As privações e os limites estabelecidos por uma série de regras e imposições, além do próprio ambiente, cercado por grades e portas de ferro; os indivíduos algemados, com marca-passos nos tornozelos; os horários determinados para qualquer atividade; enfim, toda a rotina da instituição insiste em lembrar a todo instante que, nessas instituições não há espaço para o livre-arbítrio, nem mesmo para a liberdade de pensamento, o que torna a prisão, segundo Oliveira (1984, p. 228) “um mal em si mesma. Estabelecimento fechado, de regime totalitário, prisionaliza a mentalidade de todos os seus ocupantes [...], mantendo-os sob constante tensão e desconfiança”.

O entrevistado “J” que considera a perda da liberdade como a mais terrível perda, afirma: “aqui é o inferno, ninguém aprende nada aqui, cadeia não ensina nada. Aqui tudo é um absurdo, tudo é ruim” J.C.M. (2004).

A perda da juventude, apontada por 15% dos entrevistados (3 sentenciados), é considerada como perda importante, principalmente por aqueles que foram presos ainda muito jovens, como é o caso de “A”, (preso aos 21 anos, hoje com 28), que cumprindo pena pela 2ª vez, afirma: “aqui dentro eu perdi toda a minha vida, perdi toda a minha juventude” A.C. (2004).

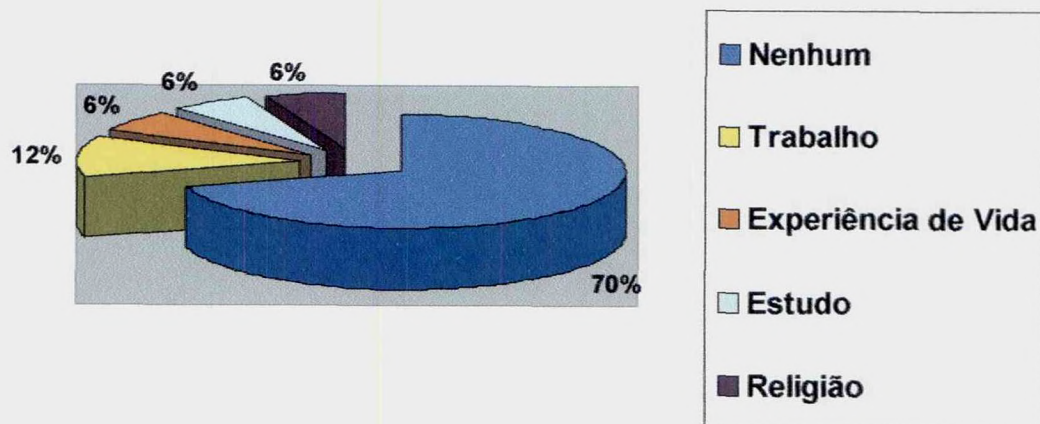
Outros ainda apontaram como perdas mais significativas: o tempo (5%); a felicidade (5%); e a saúde (5%). Descrevem, assim como “J”: “o que aprendi aqui não quero fazer lá na rua. Isso é uma escola do crime, é uma faculdade. Quero esquecer, só aprendi mais crime, coisa boa não aprendi nada. Só perdi tempo aqui dentro” J.C.S. (2004).

Para “C”, o conjunto de várias perdas marca sua vida dentro da instituição, e argumenta: “não ganhei nada aqui dentro, só tristeza, desavença, só vejo disputa entre presos. A gente só vê coisa ruim aqui dentro. É melhor nem falar” C.O. (2004).

Com relação à saúde, “O” afirma com certeza: “vou viver 10 anos a menos depois de ter passado por esse lugar, aqui perdi minha saúde” O.S. (2004).

As perdas aqui consideradas foram baseadas com exclusividade na análise de cada um dos entrevistados, nas concepções e interpretações pessoais do seu significado. Não cabe aqui julgar ou estabelecer outros critérios talvez mais específicos ou significativos, mas sim, respeitar tais concepções, sem lhe atribuir qualquer tipo de avaliação.

Gráfico 13
OS GANHOS



De acordo com o gráfico, 12 dos sentenciados entrevistados (70%) afirmam não ter tido nenhum ganho com a prisão. Tal número, bastante expressivo, só vem reforçar o que é de conhecimento geral: o sistema prisional brasileiro está falido. E a Penitenciária Estadual de Florianópolis não foge a esta realidade.

É perfeitamente compreensivo que, diante de inúmeras dificuldades, tais como: a falta de investimento financeiro e material, contratação de profissionais capacitados e realmente preparados para trabalhar em instituições desse porte, acabam se refletindo em um trabalho deficiente e pouco eficaz.

Nos parece um tanto quanto utópica a idéia de que tal instituição possa trazer algum tipo de “benefício”, que possa em qualquer sentido, trazer algum ganho a esses indivíduos. Mas, se o objetivo principal da pena privativa de liberdade é a ressocialização dos

sentenciados, deveria ao menos lhes dar condições dignas de vida, ao invés de contribuir ainda mais para o seu processo de anacronismo total.

Tal constatação é perfeitamente interpretada por Oliveira (1984, p.227), que afirma:

O desejado sentido ressocializador da pena, na verdade, configura apenas um fantástico discurso retórico para manter o sistema, o que, na realidade, traduz um evidente malogro, um desperdício de tempo para o preso e um gasto inútil para o Estado, que retira da sociedade um indivíduo por apresentar comportamento desviante e o transforma num irrecuperável [...].

Com relação ao trabalho, apontado como ganho por apenas 2 entrevistados (12%), 1 dos sentenciados o considera como ganho por ter aprendido uma profissão (trabalha na malharia); e outro reconhece: “antes da prisão nunca havia trabalhado de verdade” J.C.X. (2004), considerando essa chance dentro da prisão como uma nova conquista em sua vida - J.C.X. exerce várias atividades na Penitenciária: faz a faxina de parte do setor administrativo, auxilia na escola, cuida da biblioteca, e ainda ajuda no almoxarifado.

O trabalho é uma das atividades mais cobiçadas pelos sentenciados, porém, ainda é privilégio de poucos. Conforme mencionado anteriormente, infelizmente existe um número reduzido de vagas nas poucas oficinas em funcionamento. Também na Penitenciária nos deparamos com o problema de pouca oferta para uma grande/crescente demanda.

A experiência de vida, considerada como ganho por 1 dos entrevistados (6%), está relacionada ao sentido de adaptação ao sistema. Tal análise torna-se evidente através de suas próprias considerações: “ganhiei experiência na prisão, aprendi a esperar; aqui você tem que saber esperar, as coisas não acontecem quando você quer” (J.C.M., 2004).

A questão religiosa, apontada como ganho por apenas 1 sentenciado (6%), é referenciada em sua própria fala: “dentro da prisão aprendi a crer em Deus, descobri o que é Deus, o que é a Bíblia” (J.C.X., 2004).

A educação mencionada como um ganho por apenas 1 sentenciado (6%), revela-se como uma conquista que exigiu empenho e dedicação, mas cujo objetivo foi alcançado com mérito, pois, o sentenciado conseguiu concluir o 2º grau, e em breve iniciará seu curso universitário na Universidade Federal de Santa Catarina, conforme mencionado anteriormente.

Com relação aos ganhos, difíceis de serem apontados e considerados como tais, deve-se levar em consideração que, mesmo os sentenciados que reconhecem ter tido algum ganho na instituição, ainda assim, as perdas são apontadas como mais expressivas: “Na penitenciária eu mais ganhei do que perdi, mas, os ganhos não foram tão importantes, não foram tão significativos quanto as perdas” (J.C.X., 2004).

Buscou-se através da apreciação das informações obtidas sobre as principais perdas e ganhos dos sentenciados, apresentar com total fidelidade a análise dos dados sob a ótica dos próprios detentos, respeitando assim suas concepções e considerações sobre o tema.

De acordo com a análise dos sentenciados pode-se constatar que a pena privativa de liberdade não lhes traz nenhum benefício significativo; nem mesmo é entendida como forma de transformação, motivo de reflexão sobre os atos/crimes cometidos, não contribuindo, portanto, em nada para sua recuperação/ressocialização.

Tal análise não chega a causar surpresa, tendo em vista o caos instalado junto ao sistema prisional brasileiro, um assunto já conhecido por todos.

Considerando então, a total “inutilidade” da pena privativa de liberdade, torna-se relevante também, apresentar algumas formas diferenciadas de punição, consideradas mais humanizadas e com perspectivas de maior eficácia.

Dando seqüência ao trabalho, apresentaremos as Penas Alternativas e a Terceirização das Penitenciárias, temas recentes e que se apresentam como novas opções para tentar amenizar os problemas dos atuais modelos de pena e de prisão.

3. PENAS ALTERNATIVAS E TERCEIRIZAÇÃO DAS PENITENCIÁRIAS: NOVAS PROPOSTAS

O sistema penitenciário brasileiro tem vivido uma grave crise decorrente de problemas como a falta de investimento público, o treinamento de profissionais especializados na área e a superlotação das instituições penais. A situação requer providências urgentes que apontem, a curto e médio prazo, propostas e alternativas eficientes. Para tanto, surgem como opções significativas, as Penas Alternativas de Prisão e a Terceirização das Penitenciárias.

Tais temas serão trabalhados a título de conhecimento e apresentação. Não intenciona-se aqui aprofundá-los por tratarem-se de assuntos extremamente complexos e polêmicos, exigindo um maior conhecimento de causa.

3.1 As Penas Alternativas de Prisão

Há muito tempo o sistema prisional deixou de ser uma questão restrita a cada país, assumindo a postura de problema em nível mundial, o que requer cautela e ao mesmo tempo exige soluções urgentes. Nenhum país, nem mesmo os mais desenvolvidos conseguiram criar um modelo que pudesse ao menos amenizar tal questão. Organizações mundiais se reúnem a décadas para discutir temas relacionados aos sistemas penais, na tentativa de encontrar alternativas mais humanas e “modernas” para tratar essa questão que, aqui no Brasil, assume níveis caóticos em todos os setores.

Para tanto, a Assembléia Geral das Nações Unidas, em 10 de dezembro de 1948 adotou e proclamou a Declaração Universal dos Direitos Humanos, com o propósito de reconhecer a

dignidade inerente a todos os membros da sociedade, fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo.

Também o Pacto Internacional dos Direitos Políticos e Cíveis, e a Declaração Universal dos Direitos do Homem vieram consolidar as experiências das Nações Unidas no terreno da implantação, execução e fiscalização das medidas alternativas à pena privativa de liberdade. Mais tarde, durante o 7º Congresso das Nações Unidas para a Prevenção do Crime e Tratamento dos Delinquentes¹⁰, é enfatizada a necessidade de redução do número de reclusos, de soluções alternativas à prisão e da reinserção social dos delinquentes.

No Brasil, as Penas Alternativas surgiram somente em 1984 com as Leis nº 7.209 e 7.210, de 11/07/1984, alterando o Código Penal e instituindo a Lei de Execução Penal.

Surge então em 1996 o projeto de lei n. 2.686 para alterar novamente o Código Penal, pois havia necessidade urgente de se repensar as formas de punição do cidadão infrator, já que, a prisão, há muito tempo, não era capaz de cumprir o principal objetivo da pena: a reinserção social do condenado, de modo que não volte a delinquir.

Em 25 de novembro de 1998, surge a Lei 9.714 que altera os dispositivos do Código Penal, ampliando consideravelmente as Penas Alternativas substitutivas, também chamadas Penas Restritivas de Direito.

A Pena Alternativa é a sanção que não afasta o indivíduo da sociedade, não o exclui do convívio social e dos seus familiares, não o impede de realizar seus afazeres normais (são cumpridas periodicamente) e não o expõe aos males do sistema penitenciário. Trata-se de uma medida punitiva de caráter educativo e socialmente útil imposta ao infrator, no lugar da pena privativa de liberdade.

De acordo com Polmann (1998, p.19), as Penas Alternativas:

¹⁰ Termo utilizado durante a Conferência.

tem por objetivo recuperar os sentenciados de delitos leves, procurando conscientizá-los e fazê-los refletir sobre o delito que cometeram, evitando assim o ingresso destas pessoas nas prisões, além de ajudarem na problemática da superlotação carcerária, e sendo mais eficazes na sanção penal.

As penas alternativas são destinadas aos criminosos não perigosos e às infrações de menor gravidade, visando substituir as penas privativas de curta duração. Elas podem substituir as penas privativas de liberdade quando a pena imposta na sentença condenatória por crime doloso¹¹ não for superior a 4 (quatro) anos. Tratando-se de crime culposos¹², a substituição é admissível qualquer que seja a pena aplicada. Nos casos de crime cometido com violência e/ou grave ameaça não é permitida a substituição, assim como nos casos de reincidência em crime doloso.

Os crimes sujeitos às penas alternativas são: pequenos furtos, apropriação indébita, estelionato (falsificação), acidente de trânsito, desacato à autoridade, uso de drogas, lesões corporais leves e outras infrações de menor gravidade.

As penas alternativas, com a chegada da Lei 9.714/98, passam a ser as seguintes:

- 1) Prestação pecuniária (art. 43, I, CP) - consiste no pagamento à vítima, a seus dependentes ou a entidade pública ou privada com destinação social de importância fixada pelo juiz, não inferior a 1 nem superior a 360 salários mínimos.
- 2) Perda de bens e valores pertencentes ao condenado em favor do Fundo Penitenciário Nacional (art. 43, II, CP) - deve ser considerado para a estipulação do montante o prejuízo causado pela infração penal ou o proveito obtido por ele ou terceiro.

¹¹ Aquele em que há a intenção de se atingir o resultado delitivo ou em que, pelo menos, é assumido o risco de produzi-lo.

¹² Aquele resultado delitivo obtido em razão de imprudência, negligência ou imperícia.

- 3) Prestação de serviço à comunidade ou a entidades públicas (art. 43, IV, e art. 46 do CP) - consiste na atribuição de tarefas gratuitas ao condenado em entidades assistenciais, escolas, hospitais ou outra instituição com essas finalidades.
- 4) Proibição de exercício de cargo, função ou atividade pública, bem como de mandato eletivo (art. 47, I, do CP).
- 5) Proibição de exercício de profissão, atividade ou ofício que dependam de habilitação oficial, de licença ou autorização do Poder Público (art. 47, II, do CP).
- 6) Suspensão de autorização ou habilitação para dirigir veículo (art. 47, III, do CP).
- 7) Proibição de freqüentar determinados lugares (art. 47, IV, do Código Penal).
- 8) Limitação de fim de semana ou “prisão descontínua” (art. 43, VI e art. 45, § 1º, do CP).
- 9) Multa (art. 44, § 2º do CP).
- 10) Prestação inominada (art. 45, § 2º do CP) em que havendo aceitação do condenado, o juiz poderá substituir a prestação pecuniária em favor da vítima por qualquer prestação de outra natureza.

O tipo de pena alternativa a ser aplicada depende da análise de vários elementos objetivos e pessoais do condenado, e da segurança de sua efetiva execução. As penas alternativas são condicionais, podendo somente ser aplicada se os condenados realmente cumprirem as obrigações que lhes forem impostas; caso contrário, poderão ser revogadas, ou seja, poderão ser convertidas em pena privativa de liberdade.

Até 1995, no Brasil só se aplicavam cerca de 2% de penas restritivas de direito em relação à pena privativa de liberdade. De acordo com o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), naquele ano, para uma população carcerária de 126.169 presos, apenas 2.524 beneficiários receberam penas ou medidas alternativas.

Em 12 de setembro de 2000, a Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça, diante da ineficiência da utilização da pena privativa de liberdade no combate à criminalidade e na ressocialização dos apenados, sendo essa também uma punição excessivamente onerosa, criou a Central Nacional de Apoio às Penas e Medidas Alternativas (CENAPA), órgão executor do programa de apoio às penas alternativas do governo federal, destinado a disseminar a idéia entre os operadores do direito, além de apoiar a criação de iniciativas e acompanhar seu desenvolvimento, monitorando dados e divulgando os resultados em todas as regiões do país.

Convém lembrar que existe uma diferença substancial entre penas e medidas alternativas. As penas alternativas, conforme já mencionado, são sanções de natureza criminal diversas da prisão, como a multa, a prestação de serviços à comunidade e as interdições temporárias de direitos. Já as medidas alternativas são instrumentos que visam impedir a aplicação de uma pena privativa de liberdade ao autor de uma infração penal, por exemplo, a suspensão condicional da pena.

Desde sua criação, a CENAPA vem celebrando convênios com todos os estados brasileiros, repassando recursos para os Tribunais de Justiça e Ministérios Públicos para a criação das Centrais de Apoio às Penas e Medidas Alternativas junto às Varas de Execução ou aos Juizados Especiais Criminais, constituídas de equipes multidisciplinares responsáveis pelo acompanhamento da execução das penas e medidas alternativas.

Como resultado, em maio de 2002, segundo dados coletados nas Centrais conveniadas com o Ministério da Justiça, o percentual de aplicação de penas e medidas alternativas aumentou para 10% em relação à pena privativa de liberdade.

Segundo as últimas informações da CENAPA, divulgadas em dezembro de 2003, existem hoje no país, 37 Centrais de Apoio e Acompanhamento às Penas e Medidas

Alternativas, em 25 estados, conveniadas com o Ministério da Justiça, e o número de beneficiários de penas e medidas alternativas atendidos nas Centrais conveniadas é de cerca de 32.500. Existem 5 Varas Especializadas em Penas Alternativas, nos seguintes Estados: Fortaleza (1998); Recife (2001); Porto Alegre (2001); Salvador (2001); e Belém (2002).

A CENAPA informa também, o Perfil do Beneficiário das Penas e Medidas Alternativas, em todo Brasil:

- a) Sexo:
Masculino: 87% e Feminino: 13% ;
- b) Escolaridade:
Fundamental Incompleto: 40,6%; Médio Completo: 11,1%; Fundamental Completo: 6,2%;
Analfabeto: 3,7% ;
- c) Faixa etária:
18 a 35 anos: 61% ;
- d) Delitos Predominantes:
Furto: 20% ; Porte de Armas: 16,2%; Lesão: 16,1% ; Uso de Droga: 14,4%;
- d) Grau de Reincidência: 12,5% (segundo pesquisa realizada pelo ILANUD em 1997);
- e) Benefícios Predominantes:
Prestação de Serviço à Comunidade: 73,4% e Prestação Pecuniária: 20%.

Do total de penas alternativas, cerca de 70% correspondem à Prestação de Serviço à Comunidade (PSC), considerada a pena mais importante por seu caráter sócio-educativo e preventivo, além de cumprir, segundo Stumpf, uma importante função social, pois:

abre a possibilidade de uma mudança de paradigma, senão vejamos: o condenado a uma pena, ao invés de submeter-se à exclusão social vivida dentro dos muros dos presídios, através da pena alternativa, passa à inclusão social, convivendo de forma solidária nas instituições conveniadas, permitindo que todos os envolvidos se reconheçam como cidadãos de direitos e deveres, comprometidos com a transformação da sociedade (Stumpf, 202, p. 146).

De acordo com o Código Penal, a pena de prestação de serviços à comunidade está prevista no art.46, que determina:

A prestação de serviços à comunidade consiste na atribuição ao condenado de tarefas gratuitas junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas, orfanatos e outros estabelecimentos congêneres, em programas comunitários ou estatais. Parágrafo único. As tarefas serão atribuídas conforme as aptidões do condenado, devendo ser cumpridas, durante oito horas semanais, aos sábados, domingos e feriados ou em dias úteis, de modo a não prejudicar a jornada normal de trabalho.

Outro ponto relevante a ser considerado com a Aplicação das Penas Alternativas, diz respeito ao índice de reincidência, pois de acordo com D'urso, Mestre e Doutor em Direito Penal:

[...] observa-se atentamente as penas alternativas no mundo, no tocante exclusivamente à taxa de reincidência, que são um alento, pois revelam uma grande esperança, porquanto, em média, apenas 30% daquelas pessoas sujeitas a penas não detentivas voltaram a cometer crimes.

As Penas Alternativas de Prisão surgiram como uma nova opção para amenizar alguns dos problemas emergenciais do sistema penitenciário no Brasil. Deve ser com toda certeza, considerada um dos grandes avanços do setor prisional. Porém, necessita ainda de maior divulgação e acompanhamento, pois no entendimento de muitos, ainda parece mais “prático” e econômico manter os indivíduos em prisões convencionais, mesmo que distantes da sociedade e de condições viáveis para sua ressocialização.

As Penas Alternativas figuram ainda como um direito a ser conquistado pelos “delinquentes”, e aceito pela sociedade sem receios e sem preconceitos; pois que, “a sociedade

tem obrigações para com o indivíduo e uma delas é possibilitar a auto-realização dele, mesmo que tenha cometido erros” (POLMANN, 1988, p. 21).

3.2 Terceirização das Penitenciárias

A Terceirização das Penitenciárias é uma questão extremamente polêmica, havendo quem a defenda com grande propriedade, e quem a negue, ambos apresentando argumentos bastante plausíveis. Por tratar-se de um tema recente e que exige certas ponderações, este item apresentará alguns argumentos utilizados por essas duas vertentes, para que sirvam como base de uma melhor análise e reflexão.

A princípio, entende-se por Terceirização (uma das formas de privatização), “a contratação, por determinada empresa, de serviços de terceiros para o desempenho de atividades-meio”.¹³

Pode ser também entendida como “processo de gestão empresarial consistente na transferência para terceiros (pessoas físicas ou jurídicas) de serviços que originariamente seriam executadas dentro da própria empresa”.¹⁴ De acordo com o autor, a terceirização teria como objetivo a liberação da empresa para a realização de atividades consideradas suplementares, as chamadas atividades-meio, permitindo assim, que a administração concentre seus esforços e criatividade nas atividades consideradas essenciais.

A Terceirização do sistema penitenciário, entendida como uma parceria entre Estado e Sociedade Civil, apresenta-se como alternativa para amenizar a situação, que, de acordo com o

¹³ Disponível em: < <http://www1.jus.com.br/doutrina/texto.asp?id=5055>>.

¹⁴ Idem.

economista Raymundo Baptista de Oliveira¹⁵, pode ser descrita resumidamente, da seguinte maneira:

O poder judiciário brasileiro está atado pelo excesso de processos e um código penal com necessidade de urgente revisão. O sistema carcerário brasileiro está em descompasso com suas funções, as nossas delegacias, ao invés de manterem presos temporários aguardando julgamento, abrigam presos já julgados por falta de espaço nas penitenciárias, o modelo de prisões dentro das grandes cidades está com os dias contados, os investimentos no setor são insuficientes para abrigar a população carcerária existente, sem contar as inúmeras pessoas que diariamente são presas, desvirtuadas pela crise social do desemprego.

O colapso do sistema prisional é resultado de uma série de outras crises vivenciadas pela grande maioria da população brasileira. Percebe-se claramente que o Estado sozinho não poderá resolver tal questão, pois vai além do seu controle. Vivemos num país de desigualdades absurdas, e se por um lado vivemos a era da globalização, da internet, e da alta tecnologia, vivemos também num sistema capitalista, com princípios neoliberais e com perspectivas de um Estado cada vez menos atuante e comprometido com seu povo. Mesmo diante de tantos avanços científicos e tecnológicos, ainda enfrentamos no Brasil, problemas básicos, tais como a falta de moradia, a fome, o desemprego, a miséria, a falta de saúde, saneamento e educação, entre outros.

E de acordo com Polmann (1988, p. 10), o conjunto de necessidades vivenciadas pela grande maioria acaba tornando os cidadãos

¹⁵ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u33871.sh>>. Acesso em: 17 de jun., 2004, as 23:00hs.

cada vez mais carentes e inseguros sobre sua própria vida, gerando uma instabilidade sobre como sobreviver num país onde o governo faz pouco caso da sociedade que governa. Resultando assim num isolamento, onde cada um procura pensar mais em si, não confiando mais no outro, afinal, com a crise em que vivemos, os indivíduos tentam viver da maneira que conseguem e isso implica às vezes caminhos não muito de acordo com a lei.

Isso implica num aumento considerável da criminalidade, que se confirma pelo elevado número da população carcerária. De acordo com as estatísticas, o sistema penitenciário brasileiro apresenta uma defasagem de 100 mil vagas só para os indivíduos já presos, sem considerar outros 300 mil que se encontram com mandatos expedidos, e que, portanto, deveriam estar também encarcerados¹⁶.

Para agravar ainda mais a situação, faz-se necessário considerar também, a total incompetência de alguns administradores e a falta de recursos que dificultam toda e qualquer tentativa de modificação desse sistema.

Há necessidade, portanto, de um maior envolvimento da sociedade civil para que se consiga um resultado mais eficaz. Essa tentativa considera uma união entre Estado e iniciativa privada na administração e controle do sistema prisional. A privatização, na modalidade da terceirização, fará com que se cumpra a lei, com o objetivo de dar condições para que o preso se recupere, ao contrário do sistema atual que não lhe dá chances e nem mesmo perspectivas de melhoria.

Essa idéia é considerada recente no Brasil e também no mundo, pois os presídios privados começaram a ser instalados a cerca de dez anos. Existem hoje duas formas de privatização: o modelo americano - onde o preso é entregue pelo Estado à iniciativa privada,

¹⁶ Dados: III Mesa Redonda, realizada na sede da OAB/SC, com o tema: Inserção Social - Direito de quem já pagou o que devia; em Palestra ministrada no dia 03/12/2002, pelo Prof^o Luiz Flávio Borges D'Urso - Mestre e Doutorando em Direito Penal pela USP.

que o acompanhará até o final da pena, ficando o preso inteiramente nas mãos do administrador (este modelo não pode ser aplicado ao Brasil por uma série de restrições constitucionais); e o modelo francês – onde o Estado permanece junto à iniciativa privada, numa co-gestão. O administrador vai gerir os serviços da unidade prisional – alimentação, vestuário, higiene, lazer, etc. -, enquanto o Estado administrará a pena, cuidando do homem sob o aspecto jurídico. É o Estado que, detendo a função jurisdicional, continua a determinar quando o homem vai preso e quando será libertado. Trata-se de uma terceirização, em que a remuneração do empreendedor privado deve ser suportada pelo Estado, jamais pelo preso, que deve trabalhar e, com os recursos recebidos, ressarcir prejuízos causados pelo seu crime, assistir a sua família e poupar para quando for libertado.

Os defensores brasileiros da terceirização apóiam o modelo francês, que, de acordo com um de seus maiores adeptos, Dr. Luiz Flávio Borges D'urso, apresenta um custo hoje de R\$1.200,00 (hum mil, e duzentos reais) mensais, considerando toda a assistência ao preso; no atual sistema são gastos em média R\$800,00 (oitocentos reais) mensais, porém sem qualquer tipo de assistência ou mesmo possibilidade de recuperação – como já comprovado, através do alto índice de reincidência.

Existem hoje no país diversas unidades de penitenciárias e presídios privatizados, seguindo o modelo de terceirização. Só no Estado do Paraná são 6 unidades: Casa de Custódia de Curitiba, Casa de Custódia de Londrina, Estadual de Piraquara, Estadual de Foz do Iguaçu, Penitenciária Industrial de Guarapuava e Penitenciária Industrial de Cascavel; além de outras instaladas no Ceará, a Penitenciária Industrial Regional do Cariri; na Bahia, o Presídio Regional de Valença; e outras 15 no Estado de São Paulo.

Para um melhor entendimento, a seguir serão apresentados dois modelos já terceirizados, com suas principais características.

A primeira penitenciária terceirizada do Brasil foi a Penitenciária Industrial de Guarapuava, no Estado do Paraná, inaugurada em 12 de novembro de 1999, com capacidade para 240 internos. Foi construída com recursos dos Governos Federal e Estadual. O custo total (incluindo projeto, obra e circuito de TV), foi no valor de R\$5.323.360,00, sendo 80% provenientes de Convênio com o Ministério da Justiça e 20% do Estado.

A Unidade foi concebida e projetada objetivando o cumprimento das metas de ressocialização do interno e a interiorização das Unidades Penais (preso próximo da família e local de origem), política esta adotada pelo Governo do Estado do Paraná, que busca oferecer novas alternativas para os apenados, proporcionando-lhes trabalho e profissionalização, viabilizando, além de melhores condições para sua reintegração à sociedade, o benefício da redução da pena.

Seu projeto arquitetônico privilegia uma área para indústria de mais de 1.800m², estando instalado um canteiro onde são produzidos sofás, constituindo-se numa extensão da fábrica que está localizada no município de Arapongas, norte do Paraná. A matéria-prima é trazida pela empresa. Os detentos fazem a montagem do produto e controle da sua qualidade, embalagem e etiquetagem, saindo o produto da Penitenciária direto para a loja. No barracão da fábrica trabalham 70% dos internos da Unidade, em 2 turnos de 6 horas, recebendo uma remuneração de 75% do salário-mínimo; os outros 25% são repassados ao Fundo Penitenciário do Paraná, como taxa de administração, revertendo esses recursos para melhoria das condições de vida do encarcerado.

Toda sua operacionalização é executada por uma empresa privada contratada pelo Estado, mediante processo licitatório. A empresa fornece toda infra-estrutura de pessoal (segurança, técnicos, administrativos e serviços gerais), material de expediente e de limpeza,

alimentação, medicamentos, uniformes, material de higiene pessoal, roupa de cama, etc. Ao Estado compete o controle e a administração da custódia do preso.

O Presídio Regional de Valença, no Estado da Bahia, foi o nono instalado no Brasil com serviços terceirizados. Foram investidos em sua construção cerca de R\$2.800 milhões. O Presídio é administrado por empresa privada contratada através de licitação. A unidade tem capacidade para alojar 268 internos, e atende condenados dos regimes aberto, semi-aberto e fechado.

A unidade desenvolve atividades laborativas com o objetivo de capacitar os internos profissionalmente, permitindo seu desenvolvimento como ser humano, e permitindo que, após o cumprimento da pena o indivíduo consiga sair para reconstruir sua vida. A unidade possui salas polivalentes para as atividades de trabalho, recreação, educação e atividades religiosas. O setor administrativo dispõe de áreas reservadas para recepção, controle, revista, triagem, comando, saúde e atendimento a presos, cozinha, refeitório, alojamentos para agentes penitenciários e policiais militares, e um setor destinado a distribuição de alimentos. Os presos contam com serviço médico-odontológico, assistência social e atividades físicas.

Vale lembrar que, tanto a Penitenciária Industrial de Guarapuava quanto o Presídio de Valença, de acordo com declarações do Superintendente de Assuntos Penais, Arnaldo Agle, vem dando certo, apresentando índice zero de fugas e motins e baixíssima taxa de reincidência. Agle aponta também outra vantagem da privatização, afirmando que: “Há uma redução de custos para o Estado e um maior controle dos serviços quando eles são prestados por empresas porque podemos exigir em contrato que determinados requisitos sejam preenchidos”.

Apesar de mostrar resultados considerados relevantes, profissionais da área jurídica e alguns defensores dos direitos humanos, apresentam-se contrários à Privatização das

instituições penais, alegando uma série de irregularidades, a exemplo do Deputado Estadual e delegado da Classe Especial da Polícia Civil, Romeu Tuma¹⁷, que não concorda com a privatização por entender que mesmo privatizando, o Estado continua pagando as despesas, o que é inviável, pois, acredita que:

O ideal é que os presos tenham custo zero para o Estado. Só assim conseguiremos *parar de correr atrás do próprio rabo*. Desta forma, temos certeza, o governo, em vez de seguir como uma “grande fábrica de cadeias” (grifo do autor), poderá assumir um papel bem mais nobre, o de “construtor de cidadãos” (grifo do autor).

Outros profissionais como a Promotora de Justiça da Bahia, mestrande em Direito Público, Rita Andréa R. Almeida Tourinho¹⁸, alega que os defensores da Terceirização utilizam como argumento “a falência do sistema carcerário no Brasil”, um discurso já bastante conhecido, mas que não justifica tal iniciativa. Para ela, “a responsabilidade pela assistência e integridade física e moral de um condenado em regime de cumprimento de pena cabe ao Estado. [...] o que vier a acontecer com o condenado em cumprimento de pena, poderá ser imputado ao Estado”, isso de acordo com a Constituição Federal. Portanto, é o Estado quem deverá custodiar os presos, não passando essa responsabilidade a outrem.

Outro ponto questionado diz respeito à contratação dos Diretores dos Presídios e Penitenciárias, e demais funcionários. É a Lei de Execução Penal quem estabelece os requisitos necessários para tal; ou seja, as funções de diretor, chefia de serviços e de assessoramento técnico, não são passíveis de terceirização. Ademais, uma das regras para

¹⁷ TUMA, Romeu. Construir Cidadãos é Melhor que Fabricar Cadeias.

¹⁸ TOURINHO, Rita A.R.A. A Terceirização do Sistema Carcerário no Brasil.

determinar a licitude da terceirização de serviços seria a direção dos serviços pela própria empresa terceirizada.

Alguns profissionais contrários as “teorias” e a implantação da Terceirização dos presídios, apontam falhas que ferem princípios básicos da Administração Pública e da Constituição, devendo, portanto, ser questionada nesses e em outros aspectos, para que não seja apenas mais um modelo inexpressivo, tornando-se a curto prazo, apenas um local de mão de obra barata, atendendo aos interesses de alguns poucos empresários influentes.

Mas, diante de um modelo que aparentemente vem apresentando bons resultados, não seria então mais sensato ao invés de apenas criticá-lo ou negá-lo definitivamente, rever suas falhas e limitações para uma possível reformulação ou mesmo adaptação às condições e a Constituição do país?

Diante da situação caótica em que se encontra o atual sistema prisional a opção pela Terceirização nos parece a mais lógica, pois, há que haver um comprometimento sério entre Estado e iniciativa privada (empresariado), bem como um rigoroso controle por parte do primeiro, e de toda a sociedade civil. Juntos, Estado e sociedade civil devem se comprometer para que a Terceirização seja repensada em suas falhas constitucionais, e alcance assim, seu principal objetivo que é a recuperação do sentenciado, num sistema que se mostre mais humanizado, sensato, efetivo e eficaz.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no referencial teórico utilizado e na análise dos dados obtidos com a pesquisa, ao término do trabalho, têm-se condições de estabelecer algumas considerações e algumas sugestões à cerca dos temas aqui propostos.

Ao recapitular o processo de evolução histórica das penas e das prisões, tem-se como principal objetivo realizar uma análise comparativa entre o passado e o presente, com o intuito de estabelecer se houve realmente tal evolução ou apenas algumas poucas “alterações” com relação aos locais e as formas de punição utilizadas. Nesse sentido, o que se pretende é criar um espaço de reflexão sobre alguns questionamentos inevitáveis quando se fala em privação de liberdade. Busca-se então um melhor entendimento sobre a manutenção de algumas “técnicas” punitivas do passado e que persistem ainda hoje; se existiu ou existe lógica numa punição tão arbitrária, no isolamento dos indivíduos em locais tão desprezíveis; na privação de sua liberdade e de seus mínimos à sobrevivência; na insensatez de punir simplesmente por punir, pois, de acordo com Oliveira (1984, p.230), o que prevalece nessas Instituições, é uma total incoerência: “Punir por punir, além de odioso, causa revolta e a ação ressocializadora só resulta eficiente se estimulada espontaneamente e quando afastada de práticas contundentemente coercitivas e do sentimento de desconfiança”.

Mesmo com todas as transformações ocorridas no mundo e todos os seus avanços tecnológicos, globalização, internet, enfim, mesmo com toda a infinidade de opções que a era da modernidade pode nos proporcionar, ainda assim mantém-se a relação de indiferença e de poder dos homens sobre os homens. Ainda prevalece a concepção de que existem os “bons” e

os “maus”, e que obviamente, o local apropriado para os que não se adaptam a normalidade social, é a prisão; pois, os “maus” devem ser punidos.

A sociedade com toda certeza não acompanhou o ritmo evolutivo da tecnologia, mas aprendeu rapidamente que a melhor maneira de se livrar de um “criminoso” é mantê-lo distante, longe dos olhos, cercado de muros e grades. Há até quem concorde com o dito popular de que “preso bom é preso morto”.

Porém, acreditar que ao afastar o indivíduo da sociedade se está solucionando o problema é de uma ingenuidade sem precedentes. A prisão por si só jamais conseguirá uma transformação benéfica desses indivíduos; quando muito, conseguirá sim transformá-los em verdadeiros delinquentes, provavelmente irrecuperáveis.

Não há lógica no sistema prisional atual que tem como principal objetivo a ressocialização dos indivíduos, e, no entanto, apenas os mantém em confinamento sem condições dignas de vida. Nessas circunstâncias, a pena privativa de liberdade apresenta-se como uma forma retrógrada e inútil de punição.

Tal constatação se faz com maior convicção, após a convivência temporária neste ambiente, mais precisamente na Penitenciária Estadual de Florianópolis, onde alguns questionamentos e algumas respostas se fazem extremamente indispensáveis.

Para tanto, fez-se necessária a realização de uma pesquisa junto aos sentenciados, sendo esses, considerados os mais afetados pelo sistema e os mais habilitados a falar sobre suas principais falhas. A pesquisa teve como objetivo principal apontar, diante das considerações pessoais de cada entrevistado, quais foram as principais perdas e os principais ganhos obtidos com a pena privativa de liberdade.

Foram selecionados aleatoriamente quinze sentenciados que cumprem pena privativa de liberdade, num período compreendido entre dois e cinco anos de reclusão.

Diante de relatos incríveis e histórias de vida surpreendentes, constatou-se que as falhas do sistema são consideradas parte da rotina diária, estão incorporadas ao dia a dia de cada sentenciado, assim como as demais atividades: comer, dormir, tomar banho de sol, etc. São consideradas como parte integrante do sistema, estão acostumados a isso. Percebe-se um total conformismo seguido de muita indignação, comuns nesse tipo de instituição.

Com relação às perdas e ganhos, os resultados obtidos com a pesquisa não surpreenderam. A situação do sistema prisional em nosso país não é mais novidade, e há muito já se sabe que a instituição prisão é incapaz de proporcionar qualquer tipo de ganho relevante aos indivíduos lá encarcerados.

Do total dos entrevistados, 70% (setenta por cento) consideram não ter tido nenhum ganho com a pena privativa de liberdade; os demais 30% (trinta por cento) mencionaram alguns ganhos relacionados à educação, a religião e a experiência de vida; mas, apontaram tais ganhos como não tão significativos quanto as perdas.

Constata-se claramente que, através dos resultados da pesquisa, o atual sistema não contribui - e se o faz é em patamares insignificantes -, para a reeducação/ressocialização dos sentenciados, conseqüentemente contribuindo para sua marginalização.

Diante da irracionalidade do atual sistema prisional, que atualmente tem servido como depósito de seres humanos, buscam-se novas formas de punição e novos modelos institucionais, que se mostrem de forma mais humanizada e mais coerente com a realidade.

As chamadas Penas Alternativas e as Penitenciárias Terceirizadas apresentam-se como novas propostas diante de um sistema que não trouxe/traz bons resultados. Essas práticas são ainda recentes no Brasil, mas, tanto as Penas Alternativas quanto os modelos de Prisões Terceirizadas têm apresentado resultados positivos.

Assim sendo, faz-se necessário uma avaliação minuciosa de suas aplicações e um rigoroso controle por parte do Estado que, sozinho não terá a mínima condição de reverter o caos já implantado junto ao sistema prisional do Brasil.

Diante dos temas apresentados nesse trabalho, após uma profunda análise, têm-se como sugestões alguns itens a seguir relacionados.

Deve-se aqui ser considerado, antes de tudo, que o curto período de estágio supervisionado - principalmente por ser a área prisional um tema não abordado durante o período acadêmico -, não proporciona reais condições de aprendizado para a atuação profissional, devendo, portanto, ser esse período revisto junto ao Departamento responsável.

Considerando-se o elevado número da população carcerária hoje instalada na Penitenciária Estadual de Florianópolis - 794 detentos -, torna-se impraticável qualquer proposta que não estabeleça como prioridade a contratação de profissionais, principalmente Assistentes Sociais, para que se possa desenvolver qualquer atividade com maior eficiência, permitindo assim aos profissionais da área o desempenho de suas reais habilidades operacionais, afastando-se do ritual meramente assistencialista, utilizado como minimizador para questões emergenciais.

Não há possibilidade de se desenvolver um trabalho efetivamente ressocializador sem as condições mínimas de planejamento e organização.

Faz-se necessário, como parte do controle e do conhecimento da demanda a ser atendida na Penitenciária, a retomada das Entrevistas Iniciais. Tal atividade mostra-se de fundamental importância tanto para a instituição e para o trabalho a ser desenvolvido pelos profissionais (Assistentes Sociais, Psicólogos, Médicos, etc), quanto para o próprio sentenciado que muitas vezes permanece durante meses sem saber quais os seus direitos e suas obrigações na instituição.

Outra necessidade referente às Entrevistas Iniciais diz respeito ao planejamento das atividades a serem executadas pelos profissionais. É preciso que se conheça a história de vida desses indivíduos, seus antecedentes. Mais do que isso também há necessidade de se trabalhar no sentido de reconhecê-lo como um cidadão de direitos – o indivíduo já foi julgado e condenado pelos órgãos e profissionais competentes, não cabe aos profissionais e demais funcionários dar continuidade ao julgamento dentro da instituição -, executando um atendimento diferenciado, pautado na relativização e no profissionalismo.

Além do atendimento aos sentenciados, faz-se necessário o desenvolvimento de atividades que envolvam também os demais funcionários da Penitenciária. Esses também precisam ser conhecidos para que se possa desenvolver um trabalho com maior coerência, com a mesma sintonia e com objetivos comuns a todos os setores.

Há necessidade de capacitar os funcionários da Penitenciária, utilizando temas que abordem a área dos Direitos Humanos, para que haja o reconhecimento da verdadeira importância do papel/trabalho desenvolvido por esses profissionais, no sentido de contribuir para a ressocialização dos sentenciados.

A Penitenciária, assim como as demais instituições prisionais, apresenta uma série de deficiências, tornando difícil a execução das mais variadas funções. Algumas, no entanto, precisam ser revistas e reivindicadas com maior ênfase, proporcionando aos funcionários, condições mais dignas de trabalho. Há que melhorar a frota de veículos, aumentar o número de funcionários (principalmente dos setores defasados), fornecer materiais para o desempenho das atividades, além de equipamentos adequados e extremamente necessários para tal – a exemplo, o setor de identificação que utiliza um computador já bastante ultrapassado, limitando e dificultando um trabalho de extrema relevância; e que nem sempre dispõe de equipamento (máquina, filme) para as fotos.

Enfim, as ponderações e sugestões aqui propostas, visam à melhoria das condições atuais do sistema prisional, no caso específico a Penitenciária Estadual de Florianópolis, com o objetivo de tornar toda e qualquer atividade desenvolvida por essa instituição, em qualquer setor e por qualquer profissional, mais próxima da tão desejada ressocialização/reeducação dos indivíduos.

REFERÊNCIAS

AGECOM. Publicado em Novembro de 2002.

Disponível em: <http://www.agecom.ba.gov.br/exibe_noticia.asp?cod_noticia=3017>. Acesso em: 18 de jun., 2004, as 22:00hs.

BANDEIRA, José C. A. Disponível em: <<http://elogica.br.inter.net/joandira/penas.html>>. Acesso em: 17 de jun., 2004, as 23:50hs.

BISSOLI FILHO, Francisco. **Estigmas da Criminalização**: dos antecedentes à reincidência criminal. Florianópolis: Ed. Obra Jurídica, 1998.

BRASIL LEI Nº 7.209, de 11 de julho de 1984. **Lei de Execução Penal**.

_____. **Comentários ao Código Penal**. São Paulo: Ed. Saraiva, 1985.

_____. Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão. **IBGE**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 9 de jun., 2004, as 22:00hs.

DECKER, Antônio. **Humanização do Sistema Prisional – O Caso da Penitenciária de Florianópolis – Um Desafio Latente**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão Estratégica do Serviço Público). Florianópolis: UNISUL, 2000.

D’Urso, Luiz F.B. Disponível em: <<http://www.asdep.com.br/artigos/diversos/durso.htm>>. Acesso em: 17 de jun., 2004, as 23:00hs.

FALEIROS, Vicente de P. **Estratégias em Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1997.

FINLEY, Mark. Entendendo as Religiões. Disponível em: <http://www.abbra.eng.br/religoes.htm#_Toc535681104>. Acesso em: 17 de jun., 2004, as 22:30hs.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 15ª ed., 2000.

_____. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Trad. de Lígia M. Pondé Vassalo. Petrópolis: Ed. Vozes, 4ª ed., 1986.

FUNES, Mariano R. **A Crise nas Prisões**. Tradução de Hilário Veiga Carvalho. São Paulo: Ed. Saraiva, 1953.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

HAGUETTE, Tereza Maria Frota. **Metodologia qualitativa na sociologia**. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1992.

IAMAMOTO, Marilda V. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. São Paulo: Cortez, 1992.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 8 ed. Petrópolis: Vozes 1994.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Secretaria Nacional de Justiça. **Penas Alternativas**. Disponível em: <http://www.mj.gov.br/snj/penas_historico.htm>. Acesso em: 15 de jun., 2004, as 22:00hs.

_____. Execução Penal. Departamento Penitenciário. CNPCP/CENAPA. Disponível em: <www.mj.gov.br/execucao/cenapa.htm>. Acesso em: 13 de jun., 2004, as 21:00hs.

NOGUEIRA, Oracy. **Pesquisa Social: introdução às suas técnicas**. São Paulo, Nacional, 1973.

OLIVEIRA, Odete M. **Prisão: um paradoxo social**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1984.

PENAS ALTERNATIVAS.

Disponível em: <<http://www.terraviva.pt/FerNoronha/4354/altern.html>>. Acesso em: 18 de jun., 2004, as 21:30hs.

PEREIRA, Rosane. **O Perfil do Sentenciado da Penitenciária Estadual de Florianópolis.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social). Florianópolis: UFSC, 2003.

RECOMEÇO, Jornal. **Aperfeiçoamento do Sistema Penitenciário.** Disponível em: <<http://www.nossacasa.net/recomeco/0023.htm>>. Acesso em: 15 de jun., 2004, as 23:30hs.

SILVA, Marta Gomes. **A formação profissional dos jovens trabalhadores da Promenor no CIASC.** UFSC, 1996. p. 88 (Trabalho de Conclusão de Curso Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina).

STUMPF, Maria Inez Osório. Penas alternativas. Rotina de procedimentos como explicitação do processo de trabalho em Serviço Social. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, nº 72, 2002.

Texto inserido no Jus Navegandi nº 35. Elaborado em 09/1999. Disponível em: <<http://www1.jus.com.br/doutrina/texto.asp?id=943>>. Acesso em: 17 de jul., 2004, as 22:00hs.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais:** a pesquisa qualitativa em Educação. São Paulo: Atlas, 1987.

THOMPSON, Augusto. **A Questão Penitenciária.** Rio de Janeiro: Ed. Forense, 4ª ed., 1998.

TOURINHO, Rita A.R.A. **A Terceirização do Sistema Carcerário no Brasil.** Disponível em: <<http://www1.jus.com.br/doutrina/texto.asp?id=5055>>. Acesso em: 18 de jun., 2004, as 23:00hs.

TUMA, Romeu. **Construir Cidadãos é Melhor que Fabricar Cadeias.** Disponível em: <<http://www.guarulhosweb.com.br/realtime/0272003160940.shtml>>. Acesso em: 19 de jun., 2004, as 22:40hs.

APÊNDICE

APÊNDICE A

ENTREVISTA

1. Nome, Localidade de Origem, Data de Nascimento do Pesquisado.
2. Você é reindicante? Descreva suas experiências anteriores.
3. Quanto tempo está no regime de reclusão?
4. Quais os Artigos em que está enquadrado?
5. Quanto tempo falta para cumprir a pena?
6. Descreva sua rotina na Penitenciária.
7. O que você considera como maior Perda durante este período?
8. Você apontaria algum ganho durante este período?
9. O que você apontaria como sendo as maiores falhas do Sistema Penitenciário?
10. Você mantém contato com membros da sociedade fora da prisão? Quais e de que forma?